

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY
RIBEIRO - UENF**

**TRABALHO E RECONHECIMENTO: O CASO DOS PROFISSIONAIS
OFFSHORE DA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO NA BACIA DE CAMPOS**

VALTER LUÍS FERNANDES DE SALES

CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ

2009

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY
RIBEIRO - UENF**

VALTER LUÍS FERNANDES DE SALES

Dissertação apresentada ao
Mestrado em Políticas Sociais,
área de concentração:
Participação e Regulação, linha
de pesquisa: Política, Cultura e
Conhecimento - Universidade
Estadual do Norte Fluminense
Darcy Ribeiro.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Adelia Maria Miglievich Ribeiro

**TRABALHO E RECONHECIMENTO: O CASO DOS PROFISSIONAIS
OFFSHORE DA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO NA BACIA DE CAMPOS**

CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ

2009

**TRABALHO E RECONHECIMENTO: O CASO DOS PROFISSIONAIS
OFFSHORE DA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO NA BACIA DE CAMPOS**

VALTER LUÍS FERNANDES DE SALES

Dissertação apresentada ao Mestrado em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro.

Área de concentração: Participação e Regulação, linha de pesquisa: Política, Cultura e Conhecimento.

Aprovada em: 08/07/2009

Comissão Examinadora:

Examinador: Prof. Dr. Hernan Armando Mamani – CCH/UENF

Examinadora: Prof.^a Dr.^a Liette Oliveira Acaccio – CCH/UENF

Examinador: Prof. Dr. Marcos Antônio Cruz Moreira – IFF

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Adelia Maria Miglievich Ribeiro – CCH/UENF

FICHA CATALOGRÁFICA

Preparada pela Biblioteca do CCH / UENF

024/2009

Sales, Valter Luís Fernandes de

Trabalho e reconhecimento: o caso dos profissionais *offshore* da indústria do petróleo na Bacia de Campos / Valter Luís Fernandes de Sales -- Campos dos Goytacazes, RJ, 2009.

91 f. : il

Orientador: Adelia Maria Miglievich Ribeiro

Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2009

Bibliografia: f. 73 - 76

1. Trabalho *Offshore*. 2. Trabalhadores. 3. Trabalho – Aspectos Psicológicos. 4. Trabalho – Aspectos Sociais. 5. Plataformas de Produção de Petróleo. I. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Centro de Ciências do Homem. II. Título.

CDD – 331.012

Em memória de Olympio Gonçalves de Salles

AGRADECIMENTOS

Inicialmente a Deus, por permitir a realização de mais um sonho em minha vida. As dificuldades existiram, mas o Senhor sempre me ajudou a superá-las.

Seria impraticável mencionar o nome de todos os que me deram a mão durante este processo. Farei apenas alguns agradecimentos, na certeza de que os demais, e não menos importantes, ficarão gravados na minha memória e na história do trabalho que ora apresento.

De forma muito especial agradeço à Prof.^a Dr.^a Adelia Maria Miglievich Ribeiro, minha orientadora, que acreditou no projeto de pesquisa e na minha capacidade de realizá-lo. Não negou esforços na sua orientação dedicada e sempre se colocou à disposição, seja na UENF, no NETS, em sua residência ou por meios virtuais, demonstrando seu alto grau de profissionalismo, competência, e acima de tudo, por se mostrar uma pessoa tão humana, digna e companheira durante todo o percurso.

Ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais (PPGPS) e todos os seus colaboradores, os sinceros agradecimentos por acolher minhas pretensões de pesquisa e por oportunizar as condições para sua realização.

Agradeço ao Centro de Ciências do Homem (CCH) e por conseguinte à Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), pelo seu papel preponderante no ensino, pesquisa e extensão, contribuindo de modo significativo para o desenvolvimento econômico e social da região em que se insere.

Ao IFF minha gratidão pela cessão do espaço para a realização das entrevistas e por facilitar a minha participação no Mestrado em Políticas Sociais.

Aos doutos professores e professoras Adelia Miglievich, Hernan Mamani, Liete Acáccio, Marcos Cruz, Antônia Colbary e Cristine Nunes que aceitaram o desafio de comporem a banca examinadora – o meu mais sincero muito obrigado.

Estendo meus agradecimentos aos professores e professoras André Laino, Elyzabeth Tavares, Mário Galvão, Paula Mousinho, Silvia Martinez, Sérgio Arruda, Sônia Nogueira e Teresa Peixoto, por partilharem comigo seus conhecimentos e momentos de novas descobertas.

Ao professor Glauco Tostes meus agradecimentos pelas orientações no ato da qualificação do projeto de pesquisa e pela atenção dispensada ao NETS.

À técnica Ana Paulo Caputo meu reconhecimento pelo zelo e trato com as questões administrativas e por facilitar a comunicação de todos e todas que constituem a comunidade do PPGPS.

À Sandra Kezen e Vanessa Lopes meus agradecimentos pela revisão gramatical, ortográfica e técnica desta dissertação.

Aos colegas do NETS meus agradecimentos por compartilharem comigo momentos de reflexão e sonhos.

Ao amigo Zé Henrique externo minha admiração pelo seu compromisso aquartelado no NETS e agradeço o trabalho de transcrição das entrevistas.

Minha gratidão aos trabalhadores e trabalhadoras em regime *offshore* que se dispuseram a contribuir com seus ricos relatos e preciosas histórias de vida para a realização desta dissertação.

Aos meus colegas alunos do Mestrado em Políticas Sociais, agradeço pela oportunidade de conhecê-los e compartilharmos “madrugadas adentro”. Somos todos vencedores, independente do caminho que optamos seguir.

À minha mãe, irmãos e demais familiares agradeço o apoio incondicional na minha luta por melhores oportunidades profissionais e de qualidade de vida.

À minha esposa Elismar e ao meu filho Léo, o meu agradecimento do coração. Sei que em alguns momentos estive ausente e ocupado, mas, sempre pude contar com a compreensão de vocês.

“A justiça é a primeira virtude das instituições sociais como a verdade o é nos sistemas de pensamento. Uma teoria por mais elegante ou parcimoniosa que seja deve ser rejeitada ou alterada se não for verdadeira; da mesma forma, as leis e as instituições, não obstante serem eficazes e bem concebidas, devem ser reformadas ou abolidas se forem injustas”.

John Rawls

RESUMO

Nesta pesquisa, buscamos nos inserir nos estudos acerca do capitalismo moderno e da crise do trabalho, a partir da suposição de que o trabalho em ambientes de produção de petróleo *offshore* impõe sobre os trabalhadores exigências que ultrapassam as competências cognitivas e técnico-operacionais, levando-os, em expressivos casos, a situações de sofrimento moral que resultam em danos psíquicos, físicos e sociais nem sempre reversíveis. Afirma assim a importância da categoria trabalho na constituição de identidades e de sociedades, também na chamada por Anthony Giddens *modernidade radicalizada*. A partir da eleição de perfis profissionais distintos na ampla gama de ocupações do segmento produtivo de petróleo e gás na Bacia de Campos, no ano de 2008, homens e mulheres de faixas etárias distintas, em postos de nível médio e de nível superior, com vínculos trabalhistas e renda também diferenciados, bem como o estado civil, por intermédio de entrevistas semi-estruturadas, identificamos fatores de (não)reconhecimento que alteram as relações sociais na esfera produtiva e fora dela, atentando para as expressões da luta por reconhecimento que requer a visibilidade e a discussão das experiências de desrespeito, a fim de se estudar chances de sua superação. A opção pela dualidade metodológica da pesquisa bibliográfica e do estudo de caso justifica-se pela adesão às técnicas qualitativas na construção de uma amostra mais reduzida, sem pretensões de generalização, porém a indicar o quanto o caso dos petroleiros é um cenário fértil para a problematização do *lugar* do trabalho como espaço de construção de identidades em nossa *sociedade de risco*. Por fim, a atenção a alguns fatores intersubjetivos que levam às formas de degradação do trabalhador *offshore*, orienta nossa investigação em acordo com a proposta da teoria crítica Axel Honneth, centrada nas patologias geradas pelo reconhecimento negado ou equivocado que nos exige sua tematização na atual configuração capitalista global.

Palavras-chave: Trabalhador *offshore*, especialização flexível, sociedade de risco, reconhecimento, teoria crítica, petróleo, Bacia de Campos.

ABSTRACT

In this research we search to insert in the studies about modern capitalism and the work crisis, from the supposition that working at oil production offshore environments imposes requirements which surpass cognitive, technical and operational competences on workers, taking them, in expressive cases, to situations of moral suffering which result in psychological, physical or social damages that may not always be reversible. This way it states the importance of work categories in the constructing of identities and societies, also called radicalized modernity by Anthony Giddens. From the choice of distinct professional profiles in the wide range of occupations of the productive segment of oil and gas at Campos Bay in 2008, men and women of different ages, in positions of middle and superior levels, with different work regimes, salaries as well as marital status, through semi-structured interviews we identify factors of (non) recognition which alter social relationships in and out of the production sphere, attentive to the expression of struggle for recognition that requires visibility, and also to the discussion of experiences of disrespect so as to study chances of overcoming them. The option for methodological duality of bibliographical research and profound field research is justified by the support of the qualitative techniques in the construction of a more reduced sample, without intentions of generalizing, however, so as to point out how much the case of the people who work at the oil and gas business is a fertile scenario for the problematizing of the working *place* as a space of construction of identities in our *risk* society. Finally, the attention to some inter-subjective factors which lead to the forms of degradation of the offshore worker guides our investigation in accordance with the proposal of the critical theory of Axel Honneth centered on the pathologies generated by wrong or denied recognition which requires its thematization in the current global capitalist configuration.

Key words: Offshore work. Flexible specialization. Risk society. Recognition. Critical theory. Oil. Campos Bay.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABREVIATURA OU SIGLA	SIGNIFICADO
ANP	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CCH	Centro de Ciências do Homem
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
COEM	Coordenador de Embarcação
COPENAVEM	Cooperativa de Trabalho de Navegação Marítima
CREA/RJ	Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado Rio de Janeiro
CT	Contratado
FUP	Federação Única dos Petroleiros
GEPLAT	Gerência de Plataforma
IFF	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense
LENEP	Laboratório de Engenharia e Exploração de Petróleo
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
Mbpd	Milhões de Barris de Petróleo/dia
NETS	Núcleo de Estudos em Teoria Social
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PB	Petrobras
PETROBRAS	Petróleo Brasileiro S.A.
PIB	Produto Interno Bruto
PNA-2	Plataforma de Namorados 2
PPGPS	Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas
SINDIPETRO-NF	Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense
SMS	Segurança , Meio Ambiente e Saúde
SPE	Setor Produtivo Estatal
UENF	Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

UN-BC	Unidade de Negócios da Bacia de Campos
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIFEM	Fundo das Nações Unidas para as Mulheres
UPM	Unidade de Perfuração Marítima

SUMÁRIO

RESUMO	08
ABSTRACT	09
LISTA DE ABREVIATURAS	10
APRESENTAÇÃO	13
1. O CAPITALISMO NO ALVORECER DO SÉC. 21	17
2. A PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E A IDEOLOGIA NACIONAL	24
2.1. Nação e desenvolvimento	24
2.2. A Bacia de Campos	27
2.3. O pré-sal e seus desdobramentos	32
3. A MODERNIDADE RADICALIZADA: TRABALHO, IDENTIDADE E RECONHECIMENTO	36
4. METODOLOGIA ADOTADA	41
5. AS VOZES DOS EMBARCADOS	46
5.1. A transição do nacionalismo: significados do Estado	46
5.2. Trabalho <i>offshore</i> : sistemas perigosos e riscos	53
5.3. Formas de (não)reconhecimento e dignidade	61
5.4. A família do petroleiro, afeto e sociabilidade	66
CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
REFERÊNCIAS	73
GLOSSÁRIO	77
APÊNDICE 01	79
APÊNDICE 02	80
APÊNDICE 03	88
ANEXO 01	90
ANEXO 02	91

APRESENTAÇÃO

Após mais de uma década de exercício de atividades profissionais no segmento produtivo de petróleo e gás em diversas regiões deste país, dei início, em 1995, como integrante do corpo docente de instituições dedicadas à educação profissional e tecnológica - a exemplo da lotação atual no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF) - a incansável caminhada pelo aprimoramento do fazer pedagógico. Mediante o envolvimento com o desenvolvimento de ações para a formação de cidadãos trabalhadores, em sua maioria voltados para a atuação no seletivo mercado de petróleo e gás, deparei-me com questões quanto à formação *técnico-humana*, que me requeriam uma busca interior por respostas, muitas vezes complexas e distantes, que culminaram com o desejo e necessidade de pesquisas mais aprofundadas que pudessem nortear a tomada de decisões no delineamento de trajetórias do planejamento curricular.

É sob esta égide que este trabalho teve início, pressupondo a identificação de situações peculiares e importantes para o processo de planejamento, execução e avaliação, presentes na formação de cidadãos trabalhadores comprometidos com o aprender a conhecer; aprender a fazer; aprender a viver juntos; aprender a viver com os outros e aprender a ser¹, no setor produtivo e no convívio social.

A necessidade, então, de precisão, rigor e profundo compromisso com a realidade, ensejou-me a busca por um Programa de Pós-Graduação que pudesse dar suporte à adoção de um arcabouço formal, centrado em estratégias peculiares ao trabalho científico. O Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais (PPGPS) do Centro de Ciências do Homem (CCH/UENF) pareceu ser a oportunidade buscada, por sua multidisciplinaridade nas linhas de pesquisa e o merecido reconhecimento no meio acadêmico, em especial por se edificar no terreno do vanguardismo defendido pelo idealizador da universidade que o abriga, o professor Darcy Ribeiro.

Ocorre que as oportunidades disponibilizadas exigem sempre o realinhamento dos objetivos pretendidos de forma a se adequar aos itinerários que dão identidade ao referido Programa. Assim sendo, adiei a questão da revisão dos currículos e programas que passa a ser o objetivo a ser alcançado nos futuros

¹ Diretrizes curriculares defendidas pela UNESCO para a educação profissional e tecnológica (*apud* SEBRAE, 2001, p. 79-96).

desdobramentos da pesquisa e passei a focalizar, nesta etapa, o campo das ciências sociais, mais especificamente o da sociologia na construção do objeto de estudo.

A problemática a ser aqui investigada, portanto, foi lapidada a partir do contato com as teorias sociais, quer na atenção à estrutura social brasileira, ao papel do Estado e das políticas públicas na constituição de um nicho de produção, o de petróleo e gás, quer na percepção das linguagens que proporcionam a inclusão ou a exclusão social cotidianas na *alta modernidade* ou *modernidade radicalizada*. As abordagens marxistas sobre o capitalismo somaram-se as contribuições mais recentes acerca da flexibilidade do trabalhador numa *sociedade de risco* em que a (in)segurança dos indivíduos remonta à idéia do reconhecimento negado ou do reconhecimento errôneo e, portanto da luta por reconhecimento. Nesse sentido, estão, entre os argumentos presentes na dissertação, as reflexões de Anthony Giddens e Axel Honneth, expoentes da sociologia moderna contemporânea.

Vale ressaltar que não almejo com esta dissertação adquirir o *ethos* de sociólogo, já que minha biografia é diferenciada. O aporte da sociologia importa-me primordialmente para facilitar o direcionamento da observação sobre as condições de trabalho daqueles que vão interagir diretamente nos sistemas de produção *offshore* de petróleo, na busca pela existência ou não dos fatores de reconhecimento de suas identidades, que são, como sabemos, construídas antes de serem *naturalizadas*.

Os trabalhadores hoje, mais especificamente os do segmento produtivo analisado, enfrentam uma realidade de incessante revolução tecnológica e desafios constantes à sua permanência na atividade. Ao mesmo tempo, os trabalhadores *offshore* tendem a compor um nicho de excelência num cenário de precarização do trabalho e de exclusão social. Tal fato pode ser positivo na construção de sua identidade, mas também guardar múltiplas ansiedades.

Na análise conjuntural deste grupo de trabalhadores na Bacia de Campos, busco, pautado no procedimento de descrição e avaliação, reunir, simultaneamente, esforços de conhecimento e descoberta, configurados num recorte temporal, ladeado pela realização de exercícios de observação retrospectiva e prospectiva. Em seguida, proponho um diagnóstico, centrado numa linha interpretativa, contendo a verificação das peculiaridades históricas, a identificação dos movimentos atuais, e o delineamento das principais tendências.

Assim sendo, o primeiro capítulo deste trabalho trata do capitalismo no alvorecer do Século 21, entendendo que de modo notável a sociedade ocidental está organizada em torno do mercado, na apropriação da mão-de-obra dos trabalhadores pelos donos hoje globais dos meios de produção, na busca incessante por lucros. As relações de produção, pois, numa *modernidade radicalizada* são o foco de observação permanente.

O segundo capítulo trata da produção de petróleo no país, com ênfase na Bacia de Campos e as circunstâncias políticas, sociais e econômicas que marcaram o ciclo do petróleo a partir da década de 1950. Observo ainda o ideário dos trabalhadores em participar desta etapa da vida nacional e as transformações ocorridas ao longo da última metade do século 20, em especial o crescimento do segmento de petróleo e gás e suas perspectivas futuras.

A época de globalização em que vivemos e suas repercussões no mundo do trabalho e das relações sociais é tratada no terceiro capítulo, intitulado “A *modernidade radicalizada*: trabalho, identidade e reconhecimento”, no qual tenciono refletir sobre as relações técnico-humanas do ponto de vista de seus impactos no aprofundamento dos efeitos perversos do capitalismo diante das antigas e novas necessidades do trabalho, identidade e reconhecimento, na tentativa de vislumbrar possibilidades de reconversão de ofensas e agressões aos trabalhadores em *luta pelo reconhecimento*, que modifique os preconceitos, a invisibilidade, a desestima social, sobretudo, que permita aos trabalhadores expressarem suas experiências.

“Metodologia” é o título do quarto capítulo que me permite falar das estratégias adotadas na investigação, as dificuldades encontradas e as alternativas empreendidas. Trato do percurso da coleta, organização e análise dos dados obtidos.

No quinto capítulo ganha voz aos trabalhadores embarcados, mediante a observação de suas relações profissionais e sociais, a partir das reflexões sobre os riscos da *modernidade radicalizada*. Numa análise criteriosa do material obtido, organizo o debate nos seguintes eixos: 1) “*a transição do nacionalismo: significados do Estado*”, 2) “*trabalho offshore: sistemas peritos e riscos*”, 3) “*formas de (não)reconhecimento e dignidade*”, e 4) “*a família do petroleiro, afeto e sociabilidade*”.

Nas considerações finais, retorno aos fatos marcantes que justificaram o presente trabalho, bem como procuro antever os passos seguintes no intuito da

construção de mecanismos nas esferas pública e privada, com vistas à adoção de políticas sociais que possam resgatar a dignidade do trabalho, e inclusive tratá-lo como princípio educativo².

² Ver Kuenzer (1989, p. 21-28)

1. O CAPITALISMO NO ALVORECER DO SÉCULO 21

Em uma sociedade estimulada a consumir, Richard Sennett (2003), ao tratar da “*corrosão do caráter e as conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*”, nos adverte acerca das transformações ocorridas no sistema capitalista e das violentas transformações que deram fim a uma “*ordem de longo prazo*” que durara do final da segunda grande guerra até o final dos anos setenta e introduziram o “*capitalismo flexível*”, a partir dos anos oitenta, em seus reflexos na estrutura do trabalho:

Nessa estrutura (“ordem de longo prazo”), o tempo era linear na vida dos trabalhadores, ano após ano trabalhando em empregos estáveis, com muita pouca variação em seu dia-a-dia. Nessa linha de tempo, a conquista era cumulativa, as pessoas gradualmente aumentavam suas poupanças e podiam fazer seus investimentos num futuro previsível. Sabiam exatamente quando iriam aposentar-se e o valor de seu pecúlio. Os sindicatos protegiam seus empregos, o governo lhes proporcionava uma rede de segurança. Já no capitalismo flexível atacam-se as formas rígidas de burocracia e também os males da rotina cega, exigindo-se dos trabalhadores agilidade, que estejam abertos a mudanças a curto prazo, que assumam riscos continuamente, dependendo cada vez menos de leis e procedimentos formais. Não há previsibilidade, garantia de empregos. Neste modelo a burocracia do Estado está subordinado à economia, afrouxada como está a rede de segurança que era proporcionada pelo governo (SENNETT *apud* SILVA, 2006, p. 37-38).

O capitalismo, como já dito por um de seus mais ilustres críticos, Karl Marx (1968), é uma forma histórica que se caracteriza por organizar toda a vida social entorno de um dado grau de *desenvolvimento das forças produtivas* aliado a determinadas *relações de produção* ou relações de propriedade. Máquinas e matérias-primas (capital constante) são utilizadas pelos trabalhadores (capital variável) para o ciclo de produção. O valor auferido da relação entre o que foi pago aos trabalhadores a título de salários e a totalidade obtida pela produção é chamada de “*mais-valia*”, ou seja, o trabalho não pago aos trabalhadores pelos capitalistas, conseqüentemente, seu lucro, capaz de assegurar a reprodução e acumulação do capital. Marx mesmo se encarrega de dar luz à questão ao demonstrar, através de seu método, que entender o centro do modo de produção capitalista é entender a sociedade, argumento validado por seus intérpretes:

O funcionamento da máquina capitalista e seu modo de produção diz que é a “*maneira como se conseguem as coisas para viver*” (comer, beber, vestir-

se, etc) que dá a característica fundamental de uma sociedade [...] essas coisas se conseguem pelo trabalho, na terra, nas fábricas, etc. (GUARESCHI; RAMOS, 2000, p. 13).

No capitalismo, experimenta-se, de modo inédito na história, a *sociedade-mercado* de maneira que, se o centro do mercado é a mercadoria, todo e qualquer produto humano, também as relações sociais, tornam-se mercadorias. Assim, o trabalho humano é também uma mercadoria que distingue aqueles que vendem sua força de trabalho e aqueles que a exploram.

[...] Examinando, então como se dá a relação entre os meios de produção e o trabalho, vemos que existe uma ruptura fundamental entre essas duas realidades; de um lado estão alguns poucos, que são donos dos meios de produção, isto é, os donos do capital; do outro lado está a imensa maioria dos que só dispõe de sua força de trabalho. Essa relação é chamada de **dominação** (grifo nosso). [...] nas relações entre capital e trabalho, vemos que os donos do capital se enriquecem, ao passo que os trabalhadores dificilmente saem de sua condição: simples trabalhadores. Por que isso? Aí está, então a segunda relação que se chama **exploração** (grifo nosso), isto é os donos do capital tiram, expropriam, exploram o trabalho dos que trabalham. (GUARESCHI; RAMOS, 2000, p. 18)

O século 20 foi em boa parte do seu percurso marcado pela tensão dialética entre capitalismo e socialismo. Neste sentido é mister apreciar a percepção de Tostes:

[...] a relação entre capitalismo e socialismo real no Séc. XX adquiriu, desde o início da experiência soviética de 1917, alguns aspectos de uma relação dialética (isto é, relação onde cada termo do par é interpretado e influenciado pelo outro e onde, portanto, cada termo do par não tem uma identidade perfeitamente definida sem o outro termo) (*In* SILVA, 2006, p. 170–71).

Colabora com esta visão Contreras, ao analisar o papel do Estado em cenários distintos de *naturalização* do mercado e de sua *desnaturalização*.

Nas sociedades capitalistas do século XX até a Grande Depressão, o Estado assegurava a operação do mercado, porém não intervinha. Logo após, na procura por controlar a devastação social promovida pelo automatismo da economia de mercado, o Estado adquiriu a capacidade de intervenção. As sociedades capitalistas contemporâneas operam notório crescimento de suas estruturas estatais como contraface de desnaturalização do mercado para fortalecer a *nationale* da acumulação (*“estrutura pautada no setor produtivo estatal”*) – expressa em níveis de prosperidade inéditos, após a Segunda Guerra Mundial (1994, p.11).

Ocorre que o mercado capitalista é altamente competitivo e esse fato enseja a busca constante pela melhoria dos processos produtivos, em especial a realização de investimentos em máquinas e equipamentos. Para Almeida (2008) a elevação dos lucros em um primeiro momento acaba comprometida com a ampliação do capital constante sobre o capital variável, isto é, sobre a queda tendencial da taxa de lucro (mais-valia/capital investido). A redução do lucro é evidente porque este é calculado considerando-se o capital total investido, embora somente o capital variável produza mais-valia.

A substituição dos trabalhadores por máquinas, equipamentos e processos mecanizados e/ou automatizados para tornar a produção mais rápida, eficaz e competitiva e a concomitante necessidade do aumento do lucro tende a levar o empresariado a agir sobre o capital variável, reduzindo os salários pagos aos trabalhadores, aumentando as jornadas de trabalho e praticando diversos atos que contribuem para o aumento da mais-valia, mediante a precarização das relações de trabalho com diversas conseqüências nefastas aos assalariados.

Entretanto, grandes ganhos de mais-valia costumam ser rapidamente consumidos. Tal fato impede a continuidade de largos períodos de crescimento e dão origem ao desaceleramento da economia (recessão). Neste clima de redução dos lucros, os capitalistas deixam de investir e acabam por gerar uma superprodução de mercadorias, e por conseguinte maior redução dos lucros, produzindo “*crises*”.

As crises de certa forma consomem o capital acumulado e promovem o cancelamento de postos de trabalho, a redução de salários, o fechamento de empresas e o desemprego, até que se possibilitem novos investimentos com baixos custos e uma nova era de elevação da taxa de lucros. Portanto o capitalismo sobrevive da alternância de ciclos de expansão e retração.

Sem ser nosso objetivo trazer o debate acerca das principais motivações do declínio do chamado “*socialismo real*”, importa notar que o capitalismo da era da informação, vindoura neste fim de século 20 e início do século 21, coincide com a máquina capitalista sobrepujando o modelo socialista de produção e distribuição da riqueza. Neste cenário pergunta-se - há alternativa para uma sociedade justa? Mais uma vez Guareschi e Ramos (2000) procuram apontar uma direção:

[...] É preciso colocar os pés no chão, não aceitar nada como dado, nem ir atrás de quem nos diz que isso (o modo de produção capitalista) é natural, necessário, normal, isso existe em qualquer lugar, existe sempre. É preciso abrir os olhos, começar a investigar, pensar, refletir (*Op. Cit.*, p. 30).

A idéia de trabalho como forma de realização da liberdade humana e, portanto, de sua autonomia na construção da história da coletividade em contraste à sua alienação e exploração daquele que trabalha, torna-se pela lógica da acumulação do capital, fonte de degradação humana, o que se dá de várias maneiras e em diferentes níveis.

Foi John Maynard Keynes, que afirmou que o capitalismo poderia ser controlado se o seu sistema nervoso (cérebro) também pudesse ser controlado. O keynesianismo obteve vasta influência sobre a política econômica de uma grande potência, os Estados Unidos, durante a recessão de 1938 mediante o novo e heterodoxo conceito de equilíbrio de subemprego e da capacidade dos gastos do governo revigorarem e impelirem a economia para o pleno emprego.

Albert Hirschman (1996) salienta que a influência da doutrina keynesiana fortaleceu-se durante a segunda guerra mundial e foi a base que permitiu ao país ganhar o *status* de superpotência. Durante 30 anos – da década de 40 a de 70, no século 20 – esta doutrina econômica conseguiu elevado grau de hegemonia entre os intelectuais, o tempo de duração da Depressão dos anos 30, até sua contestação pelo neomonetaristas indicando a força da virada neoliberal, como se, a cada época, se necessitasse de um contrato social tácito para garantir o funcionamento da economia.

Para Hirschman (1996), o keynesianismo, dentre outros, infundia um tipo de espírito cívico na opinião pública em torno da noção de “*economia do desenvolvimento*” com repercussão mundial que desapareceria do horizonte de expectativas na mesma rotação do advento da hegemonia neoliberal.

David Harvey (1992) mostra como o período de 1965 a 1973 de modo especial denunciou que a necessidade mesma de expansão do capitalismo solaparia o keynesianismo que até então operava a partir dos princípios dos investimentos de capital fixo de larga escala e do longo prazo em sistemas de produção em massa. A reestruturação produtiva conhecida como “*acumulação flexível*” é marcada pelo confronto direto com a rigidez do fordismo, nascido na economia de guerra. Também, por níveis relativamente altos de desemprego

estrutural, rápida destruição e reconversão de habilidades com ganhos reais modestos (quando há) de salários, somado ao retrocesso do poder sindical, uma das colunas políticas do regime fordista que marcou o *Welfare State* de base econômica keynesiana.

Diante da forte volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro, os patrões tiraram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão-de-obra excedente (desempregados ou subempregados) para impor regimes de contratos mais flexíveis [...]. Esses arranjos de emprego flexíveis não criam por si mesmos uma insatisfação trabalhista forte, visto que a flexibilidade pode às vezes ser mutuamente benéfica. Mas os efeitos agregados, quando se consideram a cobertura do seguro, os direitos de pensão, os níveis salariais e a segurança no emprego, de modo algum pareçam positivo do ponto de vista da classe trabalhadora como um todo (HARVEY, 1992, p. 144-5)

Harvey propõe que isso não implica necessariamente que o capitalismo esteja ficando mais desorganizado como sugerem autores como Offe, Lash e Urry, dado que a dispersão, a mobilidade geográfica, as respostas flexíveis nos mercados de trabalho, nos processos de trabalho, nos mercados de consumo, após pesadas inovações tecnológicas, de produto e institucional, são, também, uma forma de “*organização*” da acumulação do capital.

Mais uma vez, pode-se indagar acerca das possibilidades de justiça social no contexto acima descrito que mostra o capitalismo no alvorecer do novo século. Se a democracia, em suas mais plurais versões, atingiu um consenso que beira quase a impossibilidade de podermos defini-la hoje, cabe dizer que nunca o tema dos direitos, também, se tornou tão amplo.

Recentemente, vários estudiosos ligados à chamada “*teoria do reconhecimento*”, protagonizada por Axel Honneth, o mais destacado hoje representante da teoria crítica, combinam o tema da justiça ao do reconhecimento. No sentido oposto do que fizera Habermas, ao criar um fosso entre o sistema econômico (e o mundo do trabalho) e o chamado “mundo da vida” de onde nasceria a esfera pública, na qual, então, o exercício da cidadania seria possível, após longos ensaios e erros, Honneth não consegue admitir que, na esfera do trabalho, o homem (e a mulher) esteja condenado à exploração e à alienação inexoravelmente. Sem ousar contrariar o diagnóstico de muitos como Robert Castel que expõe a crescente parcela da população que tão apenas luta pela sobrevivência num cenário de desprofissionalização, aponta que se a crítica, ainda assim, não vier do mundo do

trabalho que é onde as pessoas ainda têm mais fortemente sua identidade ligada, não virá dos demais espaços de socialização humana. Honneth pondera, contudo, que o afastamento da teoria social do campo do trabalho traduz autênticos sintomas de desilusão e busca de novas instâncias capazes de assegurar a esperança:

Seria, sobretudo míope supor no silêncio dos intelectuais e dos teóricos sociológicos apenas a expressão de uma má-vontade para se ocupar das necessidades reais da população. Na desproblematização da esfera do trabalho se expressa, sobretudo, também, a percepção de que, face às relações de produção realmente dadas, todas as sugestões para a efetiva melhoria profunda na estruturação do trabalho recebam imediatamente o caráter de exigências apenas normativas. O abismo entre a realidade social e as expectativas utópicas relativas ao trabalho entrementes é tão profundo, a distância entre as relações reais de trabalho e as aspirações emancipatórias tornou-se tão grande que [...] os representantes intelectuais dos movimentos sociais não se afastaram da esfera do trabalho social de modo oportunista ou até triunfalista, mas amargurados e ao ranger dos dentes (HONNETH, 2001, p. 47-8).

Ao recolocar a centralidade da categoria trabalho na teoria social – algo que jamais os marxistas supuseram ser racional retirar - Honneth quer induzir os pesquisadores a não abandonar a perspectiva dos sofrimentos concretos daqueles que trabalham e da luta destes reconhecerem seus próprios sofrimentos no lugar da indiferença ou das reações de apatia estratégica a fim de que o trabalho seja reinserido no “mundo da vida”, do qual nos fala Habermas.

Não sabemos, porém, se os trabalhadores estão preparados para falar de suas dores e de seus sonhos. Não sabemos se os trabalhadores pensam que algo, além do que vivem, pode acontecer. Ainda que, nesta pesquisa, tenha sido eleita uma categoria altamente privilegiada no sistema capitalista num país periférico, sabemos que alguns deles são trabalhadores terceirizados, o que já revela uma situação de precarização. Também, aqueles não-precariados podem ter demandas subjetivas não atendidas para além dos ganhos salariais. Noutra sentença, também desconhecemos até que ponto a integração social trazida pelo trabalho ao dotar os que trabalham de estima social afeta na conversão do sofrimento em orgulho. Ainda mais, quando atentamos para uma região na qual são poucas e precárias as oportunidades de trabalho, o norte-fluminense que, ao ter revelada a Bacia de Campos como a principal produtora de petróleo hoje do Brasil ganhou um status antes ignorado.

Guareschi e Ramos (2000) observam que o estudioso crítico presta atenção à realidade factual, o que é, e para o que falta ser, isto é, o que poderá ser, o que

ainda virá, o que poderia ser diferente. Isso traz presente a idéia de mudança. Sob esse prisma, pretendemos abordar a questão do capitalismo no alvorecer do século 21 em suas repercussões nos segmentos produtivos, em especial, na produção e exploração de petróleo em instalações *offshore* da Bacia de Campos, com reflexos no cotidiano político, econômico e social dos trabalhadores envolvidos. Passamos a falar, portanto, da indústria do petróleo em alguns de seus aspectos.

2. A PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E A IDEOLOGIA NACIONAL

2.1 NAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Conforme pudemos ver no capítulo anterior, as conturbadas oscilações no capitalismo ocidental da primeira metade do século 20, mais precisamente a partir da crise de 1929, levaram o Estado a alterar seu modo de ação, passando da posição de assegurar a operação do mercado para a condição de intervenção neste mercado. Tal situação apresentou-se ainda mais proeminente após a segunda guerra mundial, com os mecanismos propulsores do bem-estar social agindo em contrapartida à máquina capitalista.

Tal relação expressou, nos países desenvolvidos, a institucionalização do *Welfare State* e, nos países em desenvolvimento, do *Estado Desenvolvimentista*. O movimento dinâmico de transformação das relações produtivas, de expansão e de internacionalização crescente, nesse período, demarcou a evolução para uma nova etapa de desenvolvimento sobrepujando os modelos de regulação da relação Estado/mercado, pautados pelos modelos liberais então vigentes (SILVA, 2004, p. 37).

Neste cenário, o Estado adquiriu pujança no campo da produção e da economia como via de contornar os efeitos nocivos da destruição da segurança social. Os mecanismos econômicos estatais então passaram a ser utilizados como meios de fortalecimento do Setor Produtivo Estatal (SPE), fortemente calcados num forte projeto estratégico e político.

O Estado empreendedor é concebido com base em ações pontuais e de amplo poder de penetração no processo de desenvolvimento estratégico de setores essenciais, principalmente em substituição das importações e do desenvolvimento tardio da economia. Para tanto, estas estratégias requereram, via de regra, captação de recursos estatais e privados, sendo estes últimos tanto nacionais como estrangeiros.

Tal concepção obteve seus críticos, quer dentre os neoliberais quer dentre os neomarxistas³, que remeteram a estrutura política alcançada pelo Setor Produtivo

³ Os neomarxistas afastam-se do marxismo ortodoxo que condiciona a política (superestrutura) ao desenvolvimento econômico (infra-estrutura), variante determinista do marxismo assumida pela II Internacional, bem como do modelo socialista soviético como a referência para a transformação das sociedades capitalistas. Fora isso, o leque é amplo demais para se ter uma definição unívoca do neomarxismo, capaz de conjugar Gramsci, Althusser, Poulantzas, de um lado, Lukács e Frankfurt, de

Estatual (SPE) à hipertrofia do Estado com os vícios da excessiva burocratização de modo que alguns dos atores produtivos estatais tornaram-se alvos preferenciais dos receituários de privatização.

A opção pela gestão dos entes moldados no SPE é normalmente a economia mista (junção de características oriundas da iniciativa estatal e privada), numa clara demonstração de se buscar o melhor dos dois modelos. Este processo é certamente o precursor do sucesso de boa parte dos empreendimentos nascidos neste período.

O caso específico de sucesso do segmento da produção de petróleo no Brasil e da *Petróleo Brasileiro S/A* (PETROBRAS) tem como gênese este ambiente acolhedor e fecundo na década de 1950. Trata-se de um nascimento em um momento político impar, com movimentos populares e de rua, marcados pelo bandeira do “petróleo é nosso”.⁴

Os anos 1950 são os anos da explosão nacionalista, e o governo Vargas promove a díade nacionalismo versus entreguismo, que percorrerá todo o final da década e terá nos estudantes – ao lado de setores populares e mesmo militares – seus grandes pregoeiros e na União Nacional dos Estudantes (UNE), uma entidade de massas que caminha do centro para a esquerda, seu grande baluarte.

Esta década também é marcada pelo crescimento continuado. Já a partir de 1940 o PIB cresce a taxas próximas a 7%. Os setores eleitos para alavancar a economia são a siderurgia, o petróleo e posteriormente a indústria automobilística. A opção desenvolvimentista/industrialista dos anos dourados, quando o sonho não conhecia limites, pois aflagavam nossa capacidade imaginativa com a promessa de *50 anos em cinco*. Era o ápice do sonho nacional sob a democracia, e, sem ferí-la, em apenas cinco anos, o mesmo país, pobre mas voluntarioso, alçaria os patamares de desenvolvimento das grandes nações do globo. Nada era impossível como não

outro, que combinam Marx, Nietzsche e Freud ligando o marxismo ao movimento da contracultura. Hoje, caracteriza o neomarxismo a adoção das "teorias da subjetividade" e, nesta rubrica, são reunidos Agnes Heller, Perry Anderson, Jürgen Habermas, Jon Elster e Adam Przeworski. Os neomarxistas, em comum, propõem um "conhecimento-emancipação" na busca (contra-fática) de um "novo homem" num "novo modelo de sociedade" sem que sustentem coesamente, por exemplo, qualquer discurso em torno de uma radical economia planificada.

⁴ Terminada a 2ª Guerra Mundial, derrubada a ditadura getulista em 29 de outubro de 1945, o sentimento nacionalista refluíu para o Clube Militar. Célebre instituição fundada em 1887, que desde os primeiros anos da república brasileira tornara-se Foro de Debates dos oficiais do exército, passou a ser novamente a grande arena onde se travaram os intensos debates, apaixonados e estridentes, envolvendo os que eram a favor do monopólio estatal e os que eram radicalmente contra. É neste contexto que começa a germinar a semente da luta pelo petróleo nacional, que posteriormente ganharia as ruas.

foi, em pleno cerrado do planalto central, criar Brasília, a nova capital, a mais moderna do mundo, pelas mãos dos candangos. Com a mesma determinação, consolidaríamos a indústria automobilística e descobriríamos que não estávamos reféns do subdesenvolvimento. O clima era de um entusiasmo que não permitia a crítica serena. Vivia-se um mundo marcado por polarizações e radicalismos.

Ontem, as nacionalizações e a intervenção do Estado eram a tábua de salvação para todos os problemas. Hoje, as privatizações, a liberalização econômica e as reformas orientadas para o mercado repetem em grande medida aquelas justificativas, incluindo argumentos e fantasias similares. Mais curioso é que, apesar da assimetria de tais políticas, em ambas as situações, elas levariam a acabar com a inflação, com a crise da balança de pagamentos, com a insuficiência de capitais para investimentos produtivos, com a ineficiência-ineficácia do setor público, com a corrupção e com todas as demais mazelas que acometiam o Estado (SILVA, 2004, p. 123)

Neste mesmo período explodia a economia, as artes, a música, o teatro, o cinema, expandia-se o movimento universitário, a reforma agrária entrava na pauta da política, e seu pleito era uma das bandeiras do movimento estudantil. O Brasil rompia definitivamente com a teoria da dependência inevitável e ousava ter uma política para o continente.

A persistência do subdesenvolvimento, com o qual sempre estiveram comprometidas nossas elites, passou a ser encarada como uma aberração. O mundo vivia uma nova revolução. O campo socialista se consolidava, o colonialismo começava a ser desmantelado, a América Latina era uma só efervescência, e a revolução cubana tornou-se seu maior símbolo. Sua força simbólica era extraordinária, pois trazia consigo que a *utopia*, mesmo em condições absolutamente hostis, anti-científicas, era viável, se houvesse decisão política. Era o chamamento do voluntarismo, na entrega passional, tão ao gosto da juventude.

Neste clima a criação e o desenvolvimento da mais importante e bem sucedida empresa brasileira voltada para as atividades petrolíferas configura-se em oposição a um “[...] capitalismo de padrão de intervenção estatal frágil, na orientação do “interesse geral” do capitalismo nacional” (CONTRERAS, 1994, p. 217). Mas, observa a autora que sua qualidade verticalmente integrada, conglomerada e internacionalizada, seu elevado potencial de acumulação de sua atividade-eixo ao promover uma dinâmica microeconômica típica de grande firma chamaria atenção também do *animus* privado, schumpeteriano e internacionalizante, das elites, que

saberiam transformar o grupo estatal numa organização solidária com os interesses do capital privado nacional.

Assim, o ator estatal opera dois movimentos cruciais. Por um lado, incorpora a lógica privada no seu *ethos* econômico. De outro, seu papel político e intermediador de interesses promove práticas associativas de cunho neocorporativo, setoriais e específicos de certos grupos de atores privados e públicos, internos e internacionais. A pesquisa das lideranças da Petrobras mostra que essa dupla mutação vivida pelo Leviatã produtivo constitui um fator virtual decisivo para a preservação ou incremento do papel político e econômico destes atores no cenário de um novo projeto de desenvolvimento. (CONTRERAS, 1994, p. 16).

Em 1951, eleito legitimamente, Getúlio Vargas assumiu a Presidência. Implementou o nacionalismo econômico com a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Em 1953, nascia a PETROBRAS que alimentava a esperança de descobrir petróleo no território nacional e um dia alcançar a auto-suficiência na sua produção.

A segunda metade do século 20 é portanto a era do nascimento, ascensão e consolidação da PETROBRAS, período em que a empresa se sobressaiu e conquistou a missão que lhe foi atribuída como representante-mor do modelo de SPE brasileiro. As conquistas da empresa se deram no país e no exterior, no processo de verticalização dos negócios, na exploração e na produção, no transporte, no refino e distribuição de derivados. Para o estudo em curso, interessamos, sobremaneira, as conquistas nos segmentos de exploração e produção, em especial a partir do advento da descoberta da Bacia de Campos.

2.2 A BACIA DE CAMPOS

A porção territorial ao norte do Estado do Rio de Janeiro é uma região de profundas desigualdades econômicas e sociais decorrentes de inúmeros fatores que têm marcado a sua história ao longo dos séculos. Tentar compreender a dinâmica da região, em especial a mesoregião Norte Fluminense⁵ com foco nos municípios produtores de petróleo (São Francisco do Itabapoana, São João da Barra, Campos dos Goytacazes, Quissamã, Carapebus, Macaé, Rio das Ostras, Casimiro de Abreu

⁵ Denominação oficial adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) *apud* (CRUZ, 2005).

e Arraial do Cabo) e em acordo com as relações de produção nela existentes, é atentar para o descortinamento de uma realidade de exclusão social que vem se mantendo, apesar das tentativas de melhoria das condições de vida de sua população, que até o momento ainda são restritas.

Considerada problemática desde o período da colonização⁶; a região concentra, nos dias atuais, o maior volume de recursos destinados aos investimentos na expansão da indústria petrolífera nacional e a conseqüente arrecadação pelos municípios produtores de impostos, *royalties* e participações especiais.

Na análise que buscaremos realizar desta região adotaremos o recorte temporal a partir da década de setenta do século passado, por se tratar de um divisor de águas, em função das fortes transformações econômicas ocorridas desde então no mundo, obviamente com reflexos locais. A década em questão é importante para a região por se tratar do início do declínio do ciclo da agroindústria açucareira e ser, ao mesmo tempo, o nascedouro da vigorosa indústria petrolífera da Bacia de Campos.

Os anos setenta iniciaram-se com a agroindústria açucareira experimentando um processo de crescimento com fartos recursos governamentais, após o período de estagnação anterior, com vistas à produção de álcool combustível. Entretanto, com a descontinuidade do programa alternativo de energia renovável, a microrregião de Campos e os municípios vizinhos, produtores de cana-de-açúcar mergulharam em uma crise sem precedentes.

Concomitantemente, o município de Macaé e adjacências experimentaram o crescimento da atividade econômica em virtude da ascensão da estrutura produtora e de apoio da nascente indústria petrolífera na região. O início do ciclo do petróleo nessa região deu-se a partir da necessidade de se fortalecer a indústria petrolífera nacional em decorrência dos choques que a economia mundial passou a sofrer naquela época, principalmente em função da crise energética.

A persistência da PETROBRAS nas ações exploratórias culminou com a descoberta de hidrocarbonetos em alto-mar, na costa do Norte Fluminense. Esse feito se deu no ano de 1974, no Campo de Garoupa; entretanto, por questões

⁶ Por suscitar dos seus donatários esforços no sentido de implantar o modelo de desenvolvimento sugerido pela coroa portuguesa e escravizar os primeiros habitantes da região - os índios goytacazes.

técnicas, a produção iniciou-se somente em 1977, com a entrada em operação do Campo de Enchova.

A produção de petróleo na Bacia de Campos⁷ intensificou-se com a instalação da PETROBRAS em Macaé, juntamente com seus fornecedores e outras empresas ligadas à exploração de petróleo na região. A dinamização da economia local, decorrente da instalação na cidade do parque de infra-estrutura produtiva, proporcionou benefícios aos mais diversos setores. Segundo os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), citados por Cruz (2005), o Produto Interno Bruto (PIB) municipal cresceu 239% entre 1975 e 1985. Conforme o mesmo órgão, o indicador relativo ao índice de aferição do estoque de capital humano no município elevou-se em 225% entre 1980 e 2000. O nível de renda *per capita*, por sua vez, elevou-se em 33% entre 1991 e 2000. Para o entendimento de como e por que este dinamismo, torna-se mister a compreensão da necessidade de constante evolução tecnológica pertinente à exploração de petróleo em águas cada vez mais profundas na referida bacia.

O desenvolvimento das atividades de exploração proporcionou a evolução da produção de petróleo e gás e o aumento dos investimentos na região. O arranjo deste pólo produtor de petróleo e gás do país nos dias atuais conta com cerca de 100 mil quilômetros quadrados que se estendem do Espírito Santo (próximo a Vitória) até Cabo Frio, no litoral norte do Estado do Rio de Janeiro (Figura 01).

⁷ A da Bacia de Campos (como ficou conhecida a formação geológica de rocha sedimentar onde o petróleo foi encontrado) dá início a uma nova era na produção de petróleo no Brasil, que até então se resumia praticamente a produção terrestre do Nordeste do país.



Mapa 01: Localização dos campos em produção e novas descobertas na Bacia de Campos

Fonte: TN Petróleo – Guia do Estudante, p. 32. Disponível em: http://www.tnpetroleo.com.br/uploads/guia_estudante/05_Guia_do_Estudante_Petroleo.pdf. Acesso em: 11 mar. 2003.

A descoberta, na Bacia de Campos, na década de 80, de campos gigantes em águas profundas (com sistemas de exploração em águas de lâmina d'água entre 400 e 1.000 metros) e ultraprofundas (com sistemas de exploração em águas de lâmina d'água entre 1.000 e 2.000 metros) determinou a realização de investimentos que viabilizassem este novo horizonte de exploração.

Com este intuito, foi preciso estruturar programas tecnológicos que desenvolvessem novas formas de exploração e produção. Por meio de projetos interdisciplinares, a PETROBRAS e seus parceiros realizaram descobertas que proporcionaram o desenvolvimento da produção em águas profundas.

Ao longo dessa evolução tecnológica, a PETROBRAS passou por profundas mudanças organizacionais. A quebra do monopólio estatal no ano de 1997 e a busca pela competitividade levaram a empresa a intensificar a subcontratação de produtos e serviços de terceiros. Neste novo padrão, os fornecedores assumiram diversas responsabilidades na realização de testes, na aplicação de equipamentos e

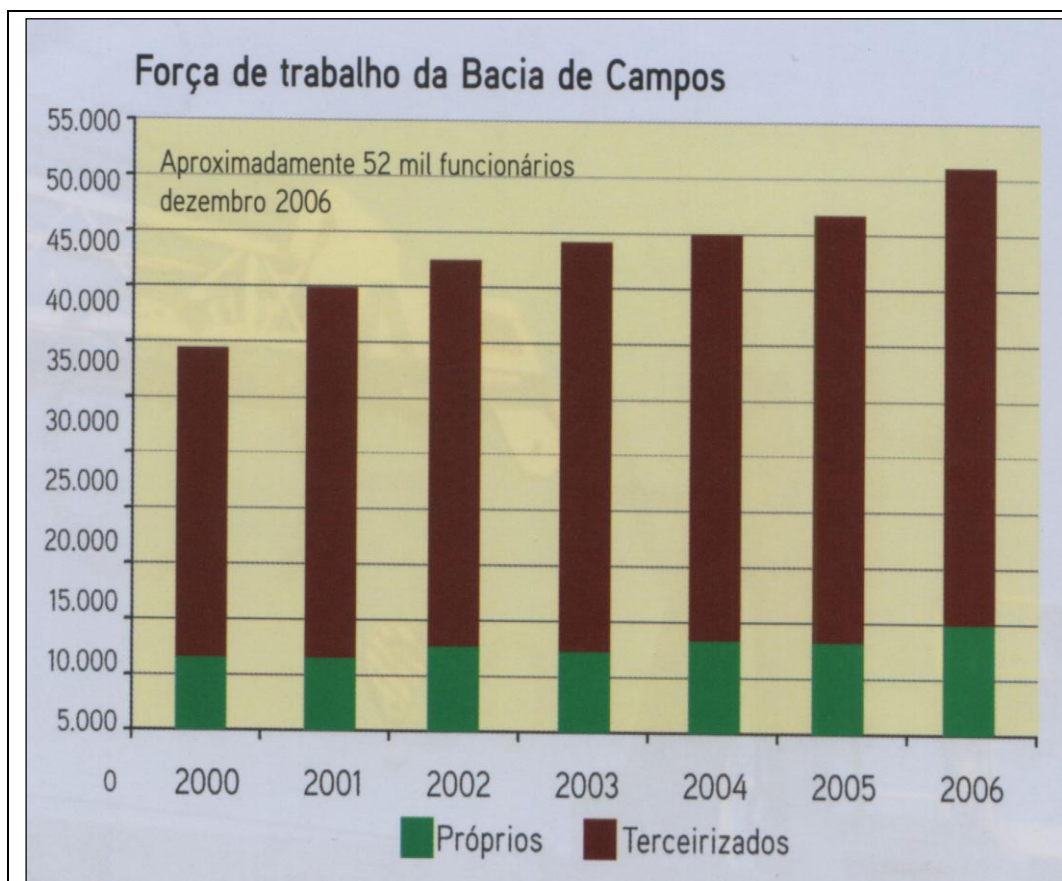
no controle do desempenho de bens e materiais críticos. Contudo, os elevados padrões requeridos nas operações *offshore* demandaram dos fornecedores esforços permanentes de capacitação, o que tende a reforçar ainda mais as relações com as universidades, escolas técnicas e centros de pesquisa ⁸.

A partir dos dados fornecidos pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), observa-se que a Bacia de Campos é hoje responsável por aproximadamente 82,3% da produção nacional de petróleo e gás⁹. Sua produção em janeiro/2009 foi de 1.640,7 Mbpd de óleo e gás natural liquefeito. Estas atividades geram cerca de 52 mil empregos diretos nas empresas atuantes na região (Gráfico 01), sendo aproximadamente 1/3 de empregados da PETROBRAS; e o volume de recursos injetados na economia da região oriundos de compensações e tributos foi da ordem de 13,7 bilhões em 2006 (CARDOSO; LESSA, 2007, p. 28).

⁸ Nos aspectos que envolvem o apoio tecnológico, destacam-se a presença do Laboratório de Engenharia e Exploração de Petróleo (LENEP) em Macaé, do Centro de Ciência e Tecnologia, da Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) e as Unidades, em Campos dos Goytacazes, Cabo Frio e Macaé, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF).

⁹ Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis 2008. Disponível em: http://www.anp.gov.br/conheca/anuario_2008/T2.12.xls. Acesso em: 10 mar. 2009.

Gráfico 01
Força de trabalho da Bacia de Campos



Fonte: CARDOSO, Beatriz; LESSA, Daniela. Bacia de Campos: 30 anos de reinado. Revista Tn Petróleo, Rio de Janeiro, número 54, p. 20, maio/junho 2007.

2.3 O PRÉ-SAL E SEUS DESDOBRAMENTOS

A grande notícia na área de petróleo no Brasil após o alcance da auto-suficiência em 2006 foi, sem sombras de dúvidas, a descoberta pela PETROBRAS de um megacampo de petróleo na Bacia de Santos, a quase 300 quilômetros do litoral do Rio de Janeiro e a mais de 6000 metros de profundidade: o chamado pré-sal. A camada pré-sal é uma faixa que se estende ao longo de 800 quilômetros entre os Estados do Espírito Santo e Santa Catarina, abaixo do leito do mar, e engloba pelo menos três bacias sedimentares: Espírito Santo, Campos e Santos (Figura 02). O petróleo encontrado nesta área está a profundidades que superam os 7 mil metros, abaixo de uma extensa camada de sal.

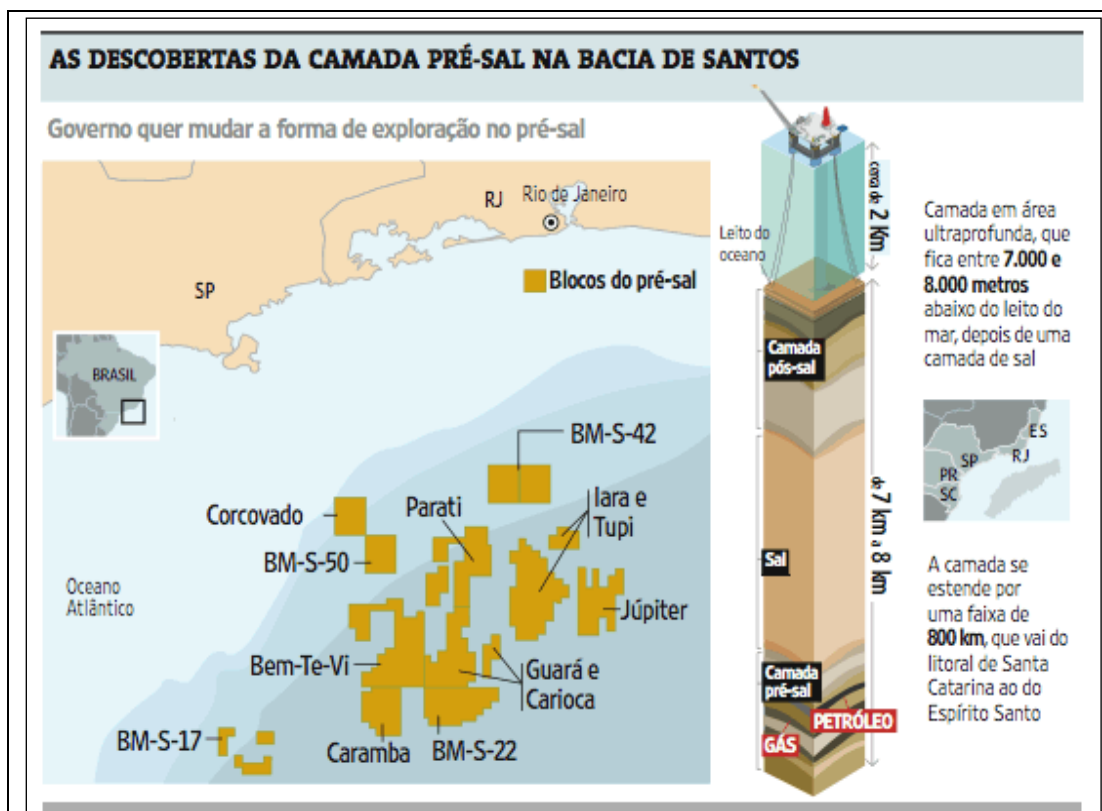


Figura 2: As descobertas no pré-sal

Fonte: Folha Online. Caderno Dinheiro. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u440468.shtml>, Edição 02.09.2008. Acesso em: 02 fev. 2009.

Tudo leva a crer que existam campos no mar em uma área de até 800 quilômetros de extensão por 200 quilômetros de largura. As estimativas oscilam entre 30 e 50 bilhões de barris no pré-sal. Segundo a reportagem do FOLHA ONLINE¹⁰. – “não é um delírio nacional, esta é a avaliação do Credit Suisse (banco de investimentos). Hoje temos 14 bilhões de barris provados. Com Tupi, Carioca, Júpiter e áreas próximas, chegaríamos às reservas atuais da Rússia e da Venezuela”.

Não se sabe exatamente o quanto de óleo e gás pode ser extraído de cada campo e quando isso começaria a trazer lucros ao país. A PETROBRAS não descarta que toda a camada pré-sal seja interligada formando uma só reserva gigantesca.

Justamente por conta do desconhecimento sobre o potencial da camada pré-sal o governo decidiu que retomará os leilões de concessões de exploração de

¹⁰ Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u440468.shtml>. Acesso em: 12 mar. 2009.

petróleo no Brasil apenas nas áreas localizadas em terra e em águas rasas no mar. Afinal, se a camada for única, o Brasil ainda não tem regras de como leiloaria sua exploração de modo que toda a região em volta do pré-sal não passará por este processo até que sejam definidas as novas regras de exploração de petróleo no país (Lei do Petróleo) pelo Governo. A idéia é a criação de uma comissão interministerial para debater modelos em vigor em outros países e o destino dos recursos do óleo extraído. O presidente da PETROBRAS, em entrevista à revista do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado do Rio de Janeiro (CREA/RJ), apresentou a visão da companhia naquela oportunidade para a questão:

As recentes descobertas do pré-sal ainda apresentam consideráveis riscos comerciais, associados à viabilidade econômica de produzir petróleo em ambientes de águas profundas longe da costa e em áreas sem qualquer infra-estrutura (CREA/RJ em revista, out/nov/2008, p. 17-80).

Há que se considerar também os entraves tecnológicos e humanos que a exploração das reservas do pré-sal irão demandar. Além disso, o governo considera a possibilidade de se criar uma nova estatal para administrar os megacampos, o que contrataria outras petrolíferas interessadas na exploração - isso porque atualmente vigora no país o modelo de concessão com presença estatal, onde o investidor é proprietário de toda a produção obtida e paga tributos à União. Na visão do governo “não é possível manter as regras quando os parâmetros mudam” ¹¹. Além disso o governo parece temer entregar esta nova fronteira de exploração e produção à PETROBRAS, provavelmente devido a participação de capital privado na empresa e o ao risco da empresa tornar-se poderosa demais.

O certo é que estamos no alvorecer de uma nova era de descobertas com possibilidades do nosso país tornar-se um grande exportador de petróleo e derivados, e não há mais dúvidas quanto à necessidade de mudança do marco regulatório do setor.

Neste contexto, há de se perguntar sobre os trabalhadores desta potente economia do petróleo. Tanto acerca daqueles que pertencem ao quadro da PETROBRAS como aqueles que lhe prestam serviços por intermédio das empresas contratadas. Não é surpreendente que tal setor surja como a promessa de um dos melhores empregos hoje capaz de reunir as virtudes da estabilidade, em se tratando

¹¹ Declaração do Diretor Geral da ANP, Haroldo Lima, publicada na Revista CREA/RJ em revista, abril/maio/2008, p. 46.

de quadro funcional da PETROBRAS, ou mesmo de alta empregabilidade, considerando a demanda das empresas voltadas para a área de serviços. Em tese, se há um setor hoje a apontar chances de garantir a seu trabalhador estima social e direitos, este é o segmento de petróleo e gás, enquanto estivermos diante de uma economia forte e aquecida. Ainda assim, o capitalismo e suas contradições não podem ser esquecidos.

Em 1973, quando a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) elevou o custo de petróleo e o mercado mundial tornou-se recessivo, pôde ter acesso à grande mídia, pela primeira vez, os movimentos ambientalistas que há décadas apontavam para os efeitos da concentração do dióxido de carbono na atmosfera, triplicados desde 1950. Somam-se a isso os derrames de cargueiros de petróleo e os incêndios de poços no mar que acabam com a flora e a fauna marinas. Márcia Mérida Aguiar, em dissertação de mestrado defendida no PGPS/UENF, “Ciência como política. Um estudo dos híbridos da modernidade na Universidade do Terceiro Milênio” (2005) que traz o debate presente na obra do francês Bruno Latour como instrumento a lhe permitir enxergar no petróleo um híbrido de alto poder de proliferação na *modernidade constituída* na medida em que o petróleo aparece como solução para a economia mundial, ao mesmo tempo em que multiplica questões sem solução.

Tencionamos utilizar o próximo capítulo para expor algumas reflexões acerca da modernidade contemporânea na qual se situa tanto a economia a que nos referimos como – e, sobretudo – o trabalhador do qual falamos.

3. A MODERNIDADE RADICALIZADA: TRABALHO, IDENTIDADE E RECONHECIMENTO

O período em que vivemos, chamado por alguns de alta modernidade, modernidade tardia, modernidade reflexiva, modernidade radicalizada, dentre outros, é visto pela maioria de seus analistas como a época das incertezas, das fragmentações, das desconstruções, do vazio, do niilismo, da substituição da ética pela estética, do consumo de sensações, dentre outras marcadas pela “perda das energias utópicas”, tal como descreveu Habermas. Enfim, uma época de transição, de transformação, onde o projeto da modernidade parece ter se cumprido em excesso ou precariamente e, de um modo ou de outro, incapaz de solucionar os problemas que assolam a humanidade. De concreto, constatamos que estamos entrando em uma “nova era” e, nessa transição, observamos algumas características que passam a adjetivar a atual sociedade tais como sociedade da informação, sociedade do consumo e do lazer, sociedade de riscos.

Uma polêmica intelectual divide “modernos” e “pós-modernos”. Os primeiros, admitindo um pouco mais ou um pouco menos a revisão dos marcos da modernidade industrial, a crença irrestrita na razão humana, na ciência e na técnica com os derivados Estado-Nação, classe operária, desenvolvimento, progresso, revolução, emancipação, não supõem ser possível falar numa superação da modernidade uma vez que ainda não se pode afirmar a completa anulação das categorias acima elencadas em que pesem as metamorfoses que experimentamos. Os “pós-modernos”, extremamente plurais, denunciam, com maior ou menor indiferença, o pragmatismo político, o individualismo, a violência e o terror, a intransparência, a *performance* no lugar da ação, a transformação da ciência em narrativas que veiculam interesses em permanente disputa e, sobretudo, nossa impotência para, diante disto, anunciar qualquer projeto de sociedade (MIGLIEVICH RIBEIRO, 1999, p. 121 - 131).

Habermas, do lado dos modernos, auto-intitulado “neo-iluminista”, não se rende aos pós-modernos. Reclama uma “democracia radical com a inclusão de todos os cidadãos na base da igualdade de direitos” numa compreensão cujas bases “foram lançadas por J-J Rousseau” (SIEBENEICHLER, 2003, p. 11), apontando para um “projeto normativo de civilização mundial justa e pacífica” cuja

base empírica são as experiências do discurso intercultural e do reconhecimento recíproco (SIEBENEICHLER, 2003, p. 11). Sabe que o capitalismo sempre esteve sujeito a contradições e crises. Diz ainda que conceber um dado processo como crise implica, da parte de quem o faz, dar-lhe um significado normativo: “[...] a solução da crise concretiza uma libertação do sujeito colhido por ela” (HABERMAS, 1999, p. 12).

No capitalismo liberal, as crises apareceram, conforme vimos, na forma de problemas econômicos de direção não resolvidos. Habermas recorda Hegel e Marx (HABERMAS, 1999, p. 41-2) ao dizer que os conflitos são apenas a aparência, o lado empírico, de uma contradição lógica fundamental. Fato é que o capitalismo avançado ou capitalismo regulado pelo Estado veio sanar crises mas trouxe, também, novos problemas. A questão ecológica é uma delas visto que as sociedades capitalistas não podem seguir imperativos de limitação do crescimento sem abandonar seu princípio de organização: a acumulação de capital.

Em Marx, ao vermos em traços bem delineados e definidos, o que ele chamara de os primeiros modos de produção, observamos que a finalidade do trabalho não é a criação de valor, embora se possa realizar trabalho excedente de modo a trocá-lo por “trabalho estrangeiro”, isto é, por produtos excedentes alheios. Seu propósito é a manutenção do proprietário individual e sua família, bem como da comunidade como um todo. A terra é então o grande laboratório, o arsenal que proporciona tanto os meios e objetos do trabalho como a localização, a base da comunidade. Nestas condições as relações do homem com a terra são primárias: eles se consideram como seus proprietários comunais, ou seja, membros de uma comunidade que se produz e reproduz pelo trabalho vivo (MARX, 1991, p. 66-67). Porém, como nos diz o próprio autor, este início da história humana é de fundamental importância para que compreendamos a nós mesmos, a fim de entender em profundidade o significado do estar vivo, ou ainda de acordo com Marx e Engels (2002, p. 10, 21- 23): “A primeira condição de toda história humana é, naturalmente, a existência de seres humanos vivos”. Garantir a vida, então, foi nosso primeiro ato histórico. O capitalismo não trouxe consigo, porém, nenhum compromisso com a vida.

Entretanto, confirmando a visão de Durkheim que sempre concebeu a sociedade como uma realidade moral - capaz de assegurar identidade ao indivíduo e ao grupo - Habermas sabe que a *sociedade* capitalista é capaz de criar sua própria

moralidade à qual aderem os indivíduos que nesta sociedade trabalham, constituem famílias, morrem. Lembra que o indivíduo numa situação de extremo afastamento do grupo sofre insuportáveis tensões psicológicas que têm sua base no fato antropológico de que somos seres sociais.

O perigo último de tal separação, entretanto, é o risco de da ausência de significação. Este perigo é o pesadelo por excelência, no qual, o indivíduo afunda num mundo de desordem, insensibilidade e loucura. [...] A função fundamental dos sistemas interpretativos sustentadores do mundo é evitar o caos. A legitimação das ordens de autoridade e das normas básicas pode ser entendido como uma especialização desta função (HABERMAS, 1999, p. 150)

Segundo Taylor (1997), os extratos da sociedade estão sujeitos aos valores sociais, culturais e organizacionais que preconizam a estrutura para sua existência e convivência. Toda a política moderna do indivíduo, da liberdade, da dignidade, da auto-responsabilidade e da ética do trabalho tem, portanto, suas fontes morais implícitas. Ao contrário do liberalismo político, que ignora os pressupostos morais dessas idéias-guia do pensamento moderno, a identidade do mundo ocidental deita suas raízes num subsolo cultural, sem o qual a idéia do “*self*” ou do “eu reflexivo” não teria o menor sentido.

Giddens (1997) faz notar que, na modernidade tardia, ao mesmo tempo que nos libertamos dos determinismos típicos das sociedades tradicionais, temos a sensação de estarmos permanentemente sob o *risco* da catástrofe, sobretudo, porque estas efetivamente têm ocorrido. É verdade que a vida humana sempre foi marcada pelas contingências e o futuro sempre foi incerto e problemático, mas, hoje, grande parte de nossas incertezas foram criadas pelo próprio desenvolvimento humano. Por isso, uma das características marcantes da alta modernidade é a “incerteza fabricada”.

No mundo do trabalho, que mais nos importa nesta dissertação, temos o emprego de um conjunto de conhecimentos e técnicas mais refinadas. A necessidade do conhecimento para a produção é um fenômeno que na *modernidade tardia* atingiu as sociedades e as organizações produtivas mundialmente. Sua principal característica é uma nova dimensão para a atividade laboral, onde um novo tipo de profissional, o trabalhador flexível, deve ser capaz de atuar em diferentes

situações de produção, além de dar tratamento a eventos não previstos. A flexibilização do trabalho nas organizações, aliado à ascensão de um novo conceito de qualificação para a execução do trabalho, o conceito de competências¹², exige o emprego de recursos humanos habilitados a operar sistemas tecnologicamente mais sofisticados, tornando o nível de educação e qualificação do trabalhador um dos seus condicionantes diretos. Ainda assim, na *sociedade de risco*, as pessoas sabem que as administrações e os especialistas não sabem tudo nem podem controlar tudo, o que não significa que tenhamos que, ainda assim, *confiar* neles.

A *modernidade reflexiva* acentua, também, demandas ainda não atendidas, que se aprofundam em tempos de “insegurança ontológica” que tem no trabalho uma forte dimensão. Trazendo Honneth (2003) ao debate, lembramos que nossa identidade é moldada em significativa parte pela presença ou ausência do reconhecimento de outrem, ainda e freqüentemente, pelo reconhecimento errôneo por parte dos outros, de modo que uma pessoa ou grupo de pessoas sofre reais danos com uma distorção de tal tipo, isto é, se as pessoas ou sociedades ao redor deles lhes devolverem um quadro de si mesmas redutor, desmerecedor ou desprezível.

Axel Honneth distingue três etapas da “luta pelo reconhecimento” nas sociedades contemporâneas: a etapa da família em que o indivíduo tem a chance de vivenciar situações garantidoras de autoconfiança; a etapa do direito quando o indivíduo, seguro de que está juridicamente amparado em caso de prejuízos à sua pessoa, o que lhe permite desenvolver consigo o auto-respeito; e a etapa da vida em sociedade no sentido mais amplo, quando, pelo reconhecimento social, o sujeito é capaz de acreditar em sua própria dignidade. No plano social, o ideal crescente de autenticidade e de reconhecimento desempenham um papel essencial na cultura moderna que surgiu ao redor desse ideal de existência.

Para tornar a sua teoria plausível, Honneth busca encontrar na história social traços de uma estrutura das relações de reconhecimento negativa que lhe permita explicitar o desencadeamento de uma luta por reconhecimento. Taylor (2000), por sua vez, registra que “[...] fragmentos das concepções políticas contemporâneas giram em torno da necessidade, por vezes da exigência, de reconhecimento”, e que a “Identidade [das pessoas] designa algo como uma compreensão de quem somos,

¹² Competências compõem o conjunto de conhecimentos necessário ao profissional para diagnosticar e intervir em eventos no trabalho. Zarifian,(1998)

de nossas características definitórias fundamentais como seres humanos” (TAYLOR, 2000).

No mundo do trabalho *offshore*, as necessidades de reconhecimento seguem a lógica proposta por Axel Honneth. O trabalhador necessita, diante dos “outros significativos”, seja a empresa – o empregador – seja a chefia imediata, os colegas, os que estão sob seu comando, diante de sua família, de seus amigos, de sua comunidade, perceber-se valorizado como considerável fato de auto-atribuição de valor. A possibilidade de estabilidade ou de empregabilidade, o salário direto e indireto, as condições de trabalho, o *status* permitem-lhe a construção positiva de sua identidade. Mas, não apenas.

No capitalismo avançado, este tipo de trabalho não supõe necessariamente a chance simétrica para que seus ganhos também se expressem numa forma de vida com qualidade, sem os danos das patologias físicas ou psíquicas oriundas de experiências de desrespeito, percebidas ou não como tais, quando as corporações e ambientes colocam como mais importante do que a vida do trabalhador sua produção. Nesse sentido, a *modernidade radicalizada* também aprofundou seus efeitos perversos e o capitalismo, ainda quando referido aos setores de tecnologia mais alta, nem por isso retirou do trabalhador o principal ônus pelo crescimento econômico. Não poucas vezes, falamos da vida deste trabalhador.

Se e quando o sujeito social faz uma experiência de reconhecimento, adquirindo um entendimento positivo sobre si mesmo; se e quando, ao contrário, um ator social experimenta uma situação de desrespeito, conseqüentemente, a sua auto-relação positiva, adquirida intersubjetivamente, adoece, isto significa que os conflitos (luta por reconhecimento), se minimizados, revelam uma situação na qual todos os trabalhadores tiveram suas demandas atendidas ou que lhes falta auto-estima ou auto-respeito para se dizerem dignos destas.

Em um cenário marcado pela modernidade tardia, cada vez mais demandante de desafios e exigências aos trabalhadores, em especial, aos da indústria petrolífera *offshore*, partimos para ouvir os profissionais da Bacia de Campos, na busca de um possível ponto de equilíbrio entre as necessidades do trabalho, da identidade e do reconhecimento e na tentativa de vislumbrar possibilidades de conversão de ofensas e agressões em luta pelo reconhecimento, que modifique os preconceitos, a invisibilidade, a desestima social, sobretudo, que lhes permita falar de tais experiências.

4. METODOLOGIA

Ao buscar primordialmente observar as condições de trabalho daqueles que interagem diretamente nos sistemas de produção de petróleo *offshore*, literalmente imersos numa realidade de incessante revolução tecnológica e desafios constantes à permanência na atividade, e cientes de que estes trabalhadores tendem a compor um nicho de excelência num cenário de exclusão social, e ainda de que tal fato pode ser positivo na construção de identidades, mas também guardar múltiplas ansiedades, buscamos inicialmente adotar instrumentos metodológicos que fossem capazes de nos oportunizar, mediante o exame das trajetórias de vida, fatores que podem alterar as experiências de reconhecimento na esfera produtiva e fora dela.

Para tanto, optamos em princípio por trabalhar nesta pesquisa com a metodologia de grupos de foco, conforme defende Dermartini (1999), com a intenção de obtermos, mediante dinâmicas específicas que incentivassem os relatos de vida, informações sobre as percepções, sentimentos e atitudes dos sujeitos pesquisados.

Consideramos como universo para a pesquisa os trabalhadores na indústria do petróleo, atuantes na Bacia de Campos, funcionários da PETROBRAS e das suas empresas prestadoras de serviços. A amostra do universo pesquisado foi intencional e justificada em função da busca por contemplar as profissões e ocupações com maiores contingentes.

Elegemos perfis profissionais distintos, dentre os verificados na ampla gama de ocupações do segmento produtivo de petróleo e gás, formadas por homens e mulheres de faixas etárias distintas, postos de nível médio e de nível superior, com vínculos trabalhistas e renda também diversas assim como estado civil distinto. Estrategicamente estes sujeitos seriam agrupados em razão de semelhanças quanto ao vínculo empregatício (PETROBRAS ou contratado) e quanto à escolaridade (nível médio ou superior).

A expectativa inicial era a de que os candidatos a participantes seriam convidados e cientes dos objetivos e da metodologia do trabalho, aceitariam receber o formulário para preenchimento de dados pessoais (ficha cadastral) e concordariam

que as atividades no grupo de foco¹³ seriam gravadas em vídeo para posterior análise pelos pesquisadores¹⁴.

Ao iniciarmos os preparativos para a pesquisa nos deparamos com o contratempo advindo da dificuldade de marcamos datas comuns para as reuniões com a presença de todos os sujeitos selecionados de um determinado grupo. Isto em função do regime e das escalas de embarque, pois a maioria dos empregados da PETROBRAS trabalham 14 dias e folgam 21; já os das empresas prestadoras de serviços costumam trabalhar 14 dias e folgar nos 14 subseqüentes. Porém as escalas de embarques dos trabalhadores, mesmo dos pertencentes ao mesmo grupo, possuem datas diversificadas. Dependendo do local onde trabalha (plataforma, navio ou outro) e da equipe a qual pertence, o trabalhador pode embarcar em qualquer dia do mês. Nestas condições, não conseguimos obter consenso quanto às datas para a realização das reuniões dos grupos de foco.

Para se contornar esta dificuldade, optamos por substituir em definitivo os grupos de foco pelas entrevistas semi-estruturadas¹⁵ individuais, cujo roteiro buscou preservar o propósito de se abordar questões que guiarium as sessões temáticas dos grupos de foco, conforme havia sido planejado e, ainda, promover a relação de confiança necessária para se obter relatos mais espontâneos e mesmo intimistas. De um lado, perdíamos a chance de ver aqueles trabalhadores interagindo e se reconhecendo – ou não – uns nos relatos dos outros, quem sabe, revendo seus próprios relatos, de outro, talvez, conseguiríamos um maior despojamento nas falas que se tornariam privadas, isto é, ouvidas apenas pelo pesquisador e autor desta dissertação. Até a definição da nova amostra de entrevistados, lançamos mão do trabalho de campo, com a finalidade de consolidar a representatividade do universo pesquisado.

¹³ Os grupos de foco seriam compostos por quatro reuniões, com horário de início e fim determinados conforme calendário previamente estabelecido e teriam objetivos, eixos temáticos e metodologia diferenciadas, acontecendo no Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos (CEFET CAMPOS), hoje Instituto Federal Fluminense (IFF), nas suas unidades de Campos dos Goytacazes ou Macaé, ou ainda, na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), em salas de reunião apropriadas e com a infra-estrutura necessária, conforme pode ser verificado no projeto apresentado no exame de qualificação no PGPS/UENF.

¹⁴ Ficaria também assegurado pela equipe pesquisadora (pesquisador, orientadora e auxiliares), por escrito (apêndice 01), aos participantes, que os vídeos e os demais materiais não seriam utilizados para fins alheios à pesquisa; bem como o acesso ao conteúdo só seria permitido aos que fizessem parte da referida equipe de trabalho e endossassem o compromisso de sigilo, ao mesmo tempo em que os nomes dos participantes seriam substituídos nos relatórios conclusivos e na dissertação final, com a finalidade de evitar a identificação dos mesmos por terceiros e/ou submetê-los a quaisquer constrangimentos.

¹⁵ Laville; Dionne (1999).

Nesta fase da pesquisa, outro imprevisto foi a negativa da PETROBRAS em permitir que seus empregados ou aqueles por ela contratados por intermédio das empreiteiras participassem da nossa pesquisa na condição de entrevistados. Havíamos mantido contatos preliminares com a empresa, através da Unidade de Negócios da Bacia de Campos (UN-BC) e, posteriormente, por sugestão dos nossos interlocutores na Companhia, que nos atenderam inicialmente, solicitamos da Coordenação do nosso Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais (PPGPS/UENF), o envio de correspondência oficial apresentando o nosso pleito para a realização da pesquisa junto aos profissionais *offshore* da região. A idéia era que a autorização da PETROBRAS desse maior segurança aos nossos entrevistados em caso de receio de cobranças futuras de quem quer que seja.

Logo após o encaminhamento do documento (anexo 01) recebemos uma ligação telefônica da empresa solicitando-nos os nomes dos profissionais que pretendíamos entrevistar. Na oportunidade, informamos que não tínhamos uma lista prévia, apenas a intenção de se buscar os perfis nos heliportos de Campos dos Goytacazes e Macaé (locais de embarque e desembarque das plataformas). Explicitamos os objetivos e a metodologia do trabalho observando que, em caso da aceitação para a participação na pesquisa, preencheríamos uma ficha cadastral com os dados de cada entrevistado para posterior contato e agendamento da entrevista. Esta estratégia havia sido previamente discutida e combinada com os interlocutores iniciais na PETROBRAS, bem como constava no encaminhamento que fizemos do projeto da pesquisa que enviamos antecipadamente por *e-mail*. Informamos também que, conforme previsto no mesmo, os nomes dos entrevistados seriam preservados e substituídos em quaisquer das publicações decorrentes deste trabalho.

Um mês após o envio da correspondência pela Coordenadora do PPGPS, o Centro de Ciências do Homem (CCH) recebeu-se a resposta da Gerência de Comunicação e Segurança de Informações da UN-BC (anexo 02), informando que *“acusamos o recebimento de sua solicitação, no entanto informamos a impossibilidade de atendimento de seu pedido”*.

Em função da negativa da PETROBRAS e considerando que a universidade pública deve ser autônoma para definir seus interesses no campo do ensino, da pesquisa e da extensão, e em comum acordo com nossa orientadora, mantivemos o universo a ser pesquisado e decidimos que a amostra seria composta de trabalhadores que se dispusessem a participar da pesquisa, os quais seriam

informados certamente de que havíamos buscado o apoio da PETROBRAS e este nos foi negado. Ponderamos, contudo, que mais problemático seria a hipótese da PETROBRAS ter decidido nos apoiar mas houvesse imposto alguma lista prévia de trabalhadores a ser entrevistados. Buscamos identificar a amostra por outro percurso, junto aos profissionais da indústria do petróleo da Bacia de Campos e que fossem também alunos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF)¹⁶, em Campos dos Goytacazes.

Por fim, a referida amostra foi constituída por trabalhadores que desempenham suas atividades em regime de embarque *offshore*, funcionários da PETROBRAS e das empresas prestadoras de serviços, de ambos os sexos e que procuram o IFF para cursos nas suas áreas de atuação. Entretanto, ficamos um pouco mais limitados àqueles que costumeiramente procuram a escola para a continuação dos seus estudos.

Foram então sujeitos da pesquisa **8 (oito) profissionais**, cujos relatos de vida foram gravados e transcritos para análise. Numa tentativa aproximada de representatividade dos diferentes perfis de trabalhadores, entrevistamos 6 (seis) homens e 2 (duas) mulheres; 3 (três) empregados da PETROBRAS e 5 (cinco) das empresas prestadoras de serviços. Neste trabalho, aos citarmos os nomes dos trabalhadores, incluiremos em seguida, entre parênteses, as designações PB ou CT para respectivamente identificar os empregados da PETROBRAS e os contratados pelas empresas prestadoras de serviços. As demais informações quanto aos perfis dos sujeitos estão presentes nas fichas cadastrais constantes do apêndice 02. Os participantes foram identificados com o auxílio dos coordenadores e professores dos cursos do IFF, que permitiram que percorrêssemos as turmas da referida instituição de ensino e conversássemos com os alunos trabalhadores, divulgando o que pretendíamos e recebendo os voluntários.

A entrevista estruturada conforme o apêndice 03 foi aplicada individualmente entre os participantes, em datas previamente combinadas, sempre nas instalações do IFF, com a gravação do áudio das conversas. Em outro momento, providenciamos a transcrição do material gravado e em seguida realizamos a leitura criteriosa e concomitante com o áudio, na busca pelo registro fidedigno do que foi

¹⁶ O autor desta dissertação é professor na citada instituição, nos cursos técnicos e tecnológicos.

dito. Inclusive a linguagem utilizada pelos trabalhadores de forma coloquial foi mantida na íntegra.

Posteriormente, realizamos uma nova leitura na busca pela correlação das narrativas com os eixos temáticos propostos inicialmente, a partir das questões teóricas que, nos capítulos anteriores, pudemos tratar, sobretudo, na correlação dos temas do trabalho, identidade e reconhecimento na chamada “modernidade radicalizada”.

A análise criteriosa e reflexões realizadas acerca do material obtido são apresentadas a seguir nos quatro eixos que julgamos poder subsidiar o debate acima nas ciências sociais: 1) “*a transição do nacionalismo: significados do Estado*”, 2) “*trabalho offshore: sistemas perigosos e riscos*”; 3) “*a família do petroleiro, afeto e sociabilidade*” e; 4) “*formas de (não)reconhecimento e dignidade*”.

Sem a pretensão da exaustão na análise dos ricos relatos de histórias pessoais e necessariamente únicas, buscamos tão apenas ensaiar algumas possibilidades de reflexão sobre questões caras à sociologia contemporânea, com ênfase às contribuições de Anthony Giddens e Axel Honneth, que podem nos ajudar na percepção das contradições do capitalismo avançado, a partir das experiências de um pequeníssimo grupo que partilha angústias que, talvez, se refiram às de outros tantos trabalhadores num dos setores econômicos tecnologicamente mais sofisticados do mundo, num país e numa região periféricos.

5. AS VOZES DOS EMBARCADOS

5.1 A TRANSIÇÃO DO NACIONALISMO: SIGNIFICADOS DO ESTADO

Trabalhar na indústria do petróleo foi desde o seu início no Brasil, nos primeiros anos de 1950, motivo de orgulho para os trabalhadores. Tratava-se, além da busca pelo sustento, de estar inserido em um segmento produtivo de vanguarda e de enormes contribuições para a soberania nacional. Como já dissemos, foi o período dos movimentos populares, do desenvolvimentismo, das manifestações estudantis e das lutas da sociedade brasileira em torno da questão nacional do petróleo.

Passados mais de cinquenta anos e tendo a indústria nacional do petróleo alcançado a sua tão sonhada auto-suficiência, o cenário é por certo diferenciado. Estamos em uma nova era, os desafios são outros: tornamo-nos um exportador de petróleo e derivados e produzimos em condições naturais cada vez mais adversas.

Para os trabalhadores desta indústria, em especial os da Bacia de Campos, a situação também é outra; atropelados pelos aspectos decorrentes da modernidade tardia, ou daquela que também chamamos de radicalizada pelo elevado nível nunca antes visto dos efeitos perversos do progresso humano, e envoltos diretamente nas peculiaridades do trabalho em alto-mar.

Iniciamos nossa investigação acerca do que pensa o trabalhador *offshore*, ao torná-lo efetivamente sujeito da pesquisa, no momento em que nossa maior preocupação é dar-lhes voz, instigando-o a nos falar sobre os valores e significados que atribui a seu próprio ofício ou à sua empresa, mais especificamente ao papel desempenhado pela PETROBRAS, enquanto *player*¹⁷, de modo a entender como os riscos da atividade vêm sendo também por eles percebidos e (re)significados, contribuindo para sua permanência ou deslocamento de funções neste setor produtivo. Diante das mutações do trabalho no sistema capitalista, mudam, também, as circunstâncias profissionais nas quais os trabalhadores estão inseridos e, supomos, a motivação que os mantêm nesta atividade. Incentivamos, assim, que os entrevistados refletissem acerca de uma possível privatização da PETROBRAS e a repercussão disto em seus vínculos de trabalho e nas questões políticas,

¹⁷ Empresa líder de uma cadeia produtiva.

econômicas e sociais do país. Tais questões são suscitadas por intermédio dos encaminhamentos existentes na pauta da entrevista estruturada.

A análise das falas dos entrevistados demonstra claramente que são contra qualquer processo de privatização da empresa. Dos oito entrevistados, sete manifestaram esta opção e a Carolina (CT)¹⁸ declarou que “*quanto ao meu trabalho eu não cheguei a pensar na... que conseqüência, que esse feito traria para o meu trabalho. Eu não consigo ver mudança substancial no meu trabalho.*” Possivelmente, a falta de sua opinião se deva ao curto período de tempo que tem de trabalho neste segmento.

Já os demais acreditam que de alguma forma poderiam ocorrer repercussões em seus vínculos de trabalho e tal fato gera costumeiramente *insegurança* junto aos trabalhadores. Neste sentido, dentre outros, nos falam Pedro (CT) – “*em primeiro lugar, o salário, que com certeza iria cair [...]*”, Daniel (PB) – “*se for para o lado do trabalhador, acredito que vai ter muito... muita perda, no sentido de... de tranqüilidade do trabalho [...]*” e Romário (CT) – “[...] *agora sabe-se lá o que que vai se querer de profissionais, né? [...]*”.

A primazia da liberdade de mercado e a restrição à intervenção estatal sobre a economia, retirada também dos setores imprescindíveis, ou admitida em grau mínimo, é característica básica do que Richard Sennett chamou de “capitalismo flexível”, o conhecido neoliberalismo, ingrediente fundamental para a globalização econômica (*apud* ZORZAL; SILVA, 2006, p. 38). Por isso, as manifestações dos trabalhadores certamente não estão tão somente circunscritas à realidade da Bacia de Campos. Ao impor uma feroz competição entre nações e blocos econômicos, a globalização abre caminho para que, numa exacerbada busca de competitividade produtiva, prevaleça o “vale tudo, salve-se quem puder”. Na visão de Christophe Dejourns (*apud* SILVA, 2006, p. 39), “*estamos num estado de guerra econômica, na qual se põe em jogo a sobrevivência da nação e a garantia da liberdade*”.

Quanto aos aspectos políticos, econômicos e sociais advindos da imaginada privatização, os entrevistados demonstram possuir posicionamentos diversificados quando perguntados acerca do assunto. É o caso de observamos o que nos diz Evanil (PB), quando perguntado se a privatização traria modificações nestes campos – “*sem dúvida que trariam [...]*”. Romário (CT) chega a citar o papel atual da

¹⁸ Todos os nomes dos trabalhadores citados neste trabalho são fictícios, com o objetivo de lhes preservar a identidade.

PETROBRAS e suas expectativas para outras empresas privadas que venham a sucedê-la:

Olha, a PETROBRAS, a gente sabe que ela faz um trabalho social né, eu acho que se as empresas chegarem para privatizar, não acho que vai se preocupar com esse lado social, entendeu? A coisa vai render muito lucro da coisa em si... eu acho que é nesse lado.

Para Daniel (PB), ao ser indagado quanto ao fato da região (Bacia de Campos) estar bastante fortalecida com a atividade econômica da indústria do petróleo, e, no caso da privatização da PETROBRAS, se a referida região continuaria auferindo esses ganhos ou haveria mudanças, expõe sua opinião:

Não, eu acredito que continuaria. Não iria ter mudanças só na questão de ela ser privatizada; na questão social sim, acho que ia ter uma exploração maior e menos renda para os trabalhadores, então ia afetar um pouco o lado social dos trabalhadores.

Ao buscarmos as percepções dos profissionais quanto às questões de “dominação” e “exploração” dos trabalhadores na “sociedade-mercado”, apresentadas por Marx (*apud* GUARESCHI; RAMOS, 2000, p. 18) e as possíveis alternativas de preservação do capitalismo na modernidade tardia, a exemplo das estratégias de adoção dos mecanismos de participação dos trabalhadores nas decisões das empresas, nos lucros e do cooperativismo de trabalhadores, observamos situação semelhante aos posicionamentos quanto à abordagem da repercussão da privatização na política, economia e nas questões sociais, ou seja, uma diversidade de interpretações. A relação capital-trabalho chega a ser confundida como troca de favores ao invés de se perceber que falávamos de possíveis novas formas de gestão da produção. É exemplo disso o discurso de João (CT): *“Então nessa... nessa troca de favores, vamos dizer troca de favores, o empreendedor te paga um determinado valor, eu acho isso daí muito... é... você não é bem valorizado pelo aquilo que você executa, entendeu?”*

Há, dentre os trabalhadores, os que consideram a relação capital-trabalho restrita ao relacionamento com as hierarquias superiores, sem notar que, neste tópico, abríamos espaço para se discutir o sistema produtivo propriamente ou ainda, conforme já observamos, a cooperação mesma entre os trabalhadores. Vejamos o que nos diz Luiz (PB), quando questionado sobre essa relação:

Bom, em termos de relacionamento hierárquico com as pessoas que controlam ou as pessoas que serão donas do negócio, que seria a estatal, a gerência superior, o meu relacionamento até com minha chefia direta, o relacionamento é bom, porque... a gerência em si olha muito as evidências, seu trabalho acaba sendo visto e este trabalho acaba sendo, digamos entre aspas, “propagado” por outras pessoas que estão acompanhando seu trabalho direto ali, isso acaba trazendo um reflexo positivo.

A participação nos lucros já é uma política adotada pela PETROBRAS junto aos seus funcionários diretos. Este ganho salarial é cobiçado pelos demais trabalhadores, vinculados às empresas prestadoras de serviços. João (CT) nos mostra isso claramente, - *“bom, a participação nos lucros, eu acredito que é até uma forma de até motivar os funcionários a de repente estarem buscando uma melhor produtividade para a empresa”*. Mariana (CT) nos traz luz sobre a questão em sua visão sobre a relação capital-trabalho, tomando esta reivindicação como fator atenuante da exploração vivenciada.

Ah, eu acho que existe injustiça, uma forma seria a participação nos lucros também; repassar para o funcionário. Acho que seria uma coisa que estaria um pouquinho sendo justa, porque se a empresa está ganhando muito, está lucrando muito, se ela passa parte dos lucros para o funcionário, o funcionário vai trabalhar mais motivado, né? Vai render mais no serviço. Então acho que se todas fizessem isso, ela veria que realmente ela está ganhando porque trabalha com um funcionário mais motivado, levanta e vai trabalhar alegre, rende o serviço, o trabalho e não fica de troca-troca de empresa: ofereceu cem reais a mais vai para outra, é... as empresas às vezes têm muitos bons funcionários, está ganhando muito e por ela não valorizar e também não chegar junto ali com o funcionário, ajuda, ela perde aquele funcionário bom.

Outras ações, contudo, como a participação dos trabalhadores nas decisões das empresas e a organização de cooperativas de trabalhadores para a execução de trabalhos para a PETROBRAS ainda é uma realidade distante do cotidiano destes profissionais. A própria Mariana (CT) fala sobre os mecanismos de tomada de decisões na empresa em que trabalha.

A minha empresa é mais executar mesmo, a gente... às vezes, assim, acontece de chegar o chefe é falar - tem que fazer isso, aí você lembrar que numa outra reunião que foi falado outra coisa, aí é lembrar que não podia ter sido assim, mas quem dá a última palavra é o chefe, né.

Evanil (PB) é outro a denunciar a forma concentrada na tomada de decisões e a falta de voz dos trabalhadores.

Hoje a parte que você pode chamar de operária, que é a parte técnica, a parte de operação, eu não vejo que ela tem decisão nenhuma na empresa não. Eu vejo que essa categoria cumpre as funções dela, como a formiguinha que vai lá levar o grão dela para produzir, fazer a tarefa que ela tem que fazer, fazer a quinzena dela e depois é como se fosse descartável.

Na PETROBRAS não é muito diferente das empresas privadas prestadoras de serviço, segundo Luís Guilherme (PB), embora o mesmo pareça defender os mecanismos de concentração das decisões em função da organização e gestão da empresa.

A respeito de participação dos trabalhadores em decisões, na PETROBRAS em si não é efetuado dessa forma. As decisões geralmente vêm de cima; a PETROBRAS sempre tem um plano estratégico, é bem divulgado, a política de divulgação da empresa, quando tem uma mudança - as estratégias dela, o plano dela ao longo dos próximos dez, quinze ou vinte anos – ela sempre tá demonstrando isso daí.

Mariana (CT) confessa que não está muito a par do que seria a participação de trabalhadores em cooperativas: “*Eu acho que... eu tô... como você falou cooperativismo... eu tô meio por fora*”. Já o Luiz (PB) relata que é pequena a incidência de cooperativas de trabalhadores atuando em sua plataforma de trabalho, embora defenda a idéia de tê-las.

E a questão de cooperativismo é uma coisa que, teoricamente, até funcionaria bem. A gente, pelo menos na plataforma em que eu trabalho, não tem muita cooperativa trabalhando; tava para ter uma lá mais o pessoal da embarcação, seria aquele tipo de *offload*, tancagem de navios, o armazenamento do óleo em si é o pessoal da embarcação é o COEM que coordena esse trabalho aí.

Podemos trazer aqui a abordagem mais recente de Axel Honneth que propõe que o mundo do trabalho possa servir como um espaço de *solidariedade moral* entre os indivíduos, numa releitura da “Filosofia do Direito” de Hegel e, mais diretamente, de Durkheim em “A divisão do trabalho social”, tese de doutoramento do sociólogo que data de 1893.

Embora ciente da *desumanização* do trabalho com a retração do Estado à frente da coordenação do mercado no capitalismo tardio, sobretudo nos chamados países periféricos, Honneth sustenta que o ideal romântico do artesanato e da arte que fez com que qualquer outra forma de trabalho fosse considerada alienante e opressiva pouco ajudou os movimentos operários na obtenção de suas conquistas

efetivas. Relata que Hegel teria mostrado de modo mais apropriado que a primeira conquista normativa do mundo do trabalho se deu quando os homens transformaram seu *egoísmo subjetivo* em compreensão de que o trabalho não existe para a satisfação de necessidades estritamente individuais, mas também daquelas que permitem o desenvolvimento da sociedade, entendendo-se esta como um sistema de dependência recíproca. Uma segunda conquista normativa expressa-se na obrigação do pagamento de um *salário mínimo*, e superior à mera reprodução da força de trabalho mas também como forma de reconhecimento de suas habilidades, para o trabalhador. A luta por este pagamento digno caberia, segundo Hegel, às chamadas corporações profissionais, responsáveis pelo cumprimento das exigências normativas do trabalho. Durkheim, oitenta anos após Hegel, avança no argumento hegeliano dizendo que tais reivindicações trabalhistas são funcionais ao próprio sistema capitalista que não sobrevive apenas por sua eficiência econômica mas requer que esta faça sentido também para o trabalhador. Se despojado de todo sentido moral - por exemplo, a idéia de que quem trabalha é digno - não há sociedade capitalista que sobreviva (HONNETH, 2008).

Por isso, cabe perguntar: afinal, quais as motivações que mantêm um contingente tão significativo de trabalhadores em atividade numa indústria de tamanho risco como a petrolífera? João (CT) afirma que:

Muitas pessoas gostam de trabalhar no sistema *offshore*, mas muitas, eu percebo, como eu, isso eu posso falar por mim, que... que hoje o me faz trabalhar *offshore* é a remuneração, é o salário, porque se não fosse isso, eu não estaria trabalhando *offshore*.

Para o Pedro (CT), “*um dos pontos é a folga, essa folga de 15 dias é um bom ponto, e o salário []*”. Mariana (CT) concorda com ele na questão do salário, - “*a primeira coisa é o salário. Se a gente for olhar aqui comparando Campos, a cidade de Campos, Macaé e outras áreas, eu acho que uma das áreas que pagam bem é a área petrolífera []*”. Evanil (PB) além de achar que o salário é o grande atrativo, acredita que o das empresas contratadas pode ser ainda melhor que o da PETROBRAS.

[] o salário que é o atrativo, mas atrativo em empresas que terceirizam do que a própria PETROBRAS, porém ela oferece várias vantagens que, dependendo da situação e a condição da pessoa, ela vai achar válido ou

não para permanecer ali. Caso ela não considere, ela pegue e vá para outra empresa, como acontece com muitos amigos nossos.

Até para quem chegou a deixar de trabalhar no ramo de petróleo em regime *offshore*, retornou pelas questões financeiras. É o caso de Carolina (CT):

É... eu retornei esses dias para essa área de química e a princípio eu vi que é muito difícil para um pai de família aqui em Campos conseguir um outro trabalho a não ser nesse ramo do petróleo. É complicado, é mal remunerado, aqui em Campos principalmente é muito mal remunerado. Então eu resolvi fazer curso e entrar na área de fluidos, porque já que eu queria assumir a área de risco, eu tinha que escolher algo que eu viesse a ter um retorno futuramente. Foi na área de petróleo pela questão financeira, pela oportunidade também, foi mais fácil.

Chegamos também a encontrar quem realmente gosta e se sente realizado em trabalhar neste arranjo produtivo. Em nossa investigação foi o caso de Luiz (PB):

Bom, a motivação que eu tenho é mais pessoal em termos de profissional. Se eu não tivesse satisfeito hoje, provavelmente eu... eu começaria a procurar um outro emprego, uma outra empresa para trabalhar e pediria demissão da PETROBRAS. Então eu trabalho lá porque eu tenho satisfação pessoal, eu gosto do que eu faço, que eu realizo, é... entrei para a PETROBRAS até mesmo com a possibilidade de ter uma ascensão profissional, que é uma empresa que ela valoriza o profissional nesse aspecto. Ela... existe possibilidade de você ter essa ascensão, em outras empresas talvez seria mais difícil, apesar de ser um funil, mas é uma possibilidade que eu vejo clara em minhas mãos; uma hora vai ter essa oportunidade. E isso é uma coisa que me motiva e paralelo a isso eu gosto de estar solucionando problemas, estar sempre desenvolvendo um estudo, tentando melhorar uma situação de trabalho e tentar dar o retorno também do que a empresa investe na gente. Essa seria minha motivação pessoal.

Fica evidente que a grande motivação para o trabalho nas atividades petrolíferas *offshore* da Bacia de Campos é a remuneração percebida pelo trabalho realizado. No capitalismo tardio ou *desorganizado*, como chama Claus Offe (1989), ao se referir às condições do trabalho as mais diversificadas e muitas precarizadas, a PETROBRAS é o empregador desejado por não poucos trabalhadores brasileiros, em que pese o desconhecimento do que ainda poderá acontecer com a empresa. Os terceirizados não demonstram grau idêntico de satisfação e, nestes casos, o salário é ainda o maior atrativo para a permanência neste setor produtivo. Mesmo tratando aqui de um setor de ponta da economia num país periférico, pelo prisma da categoria “reconhecimento”, os trabalhadores ainda se vêem menos vulneráveis do que se atuando fora da área petrolífera. Isto, porém, não nos autoriza a falar, como

pretendera Hegel, em superação do *egoísmo subjetivo*. Neste sentido Guareschi e Ramos (2000, p.25) já nos alertava:

É assim que funciona a “máquina” da sociedade. Temos que ir além das aparências e ver a essência do processo: relações que se estabelecem entre as partes. As partes (capital e trabalho) são as mesmas em todas as sociedades. O que varia são as relações entre as partes, que na nossa “máquina” são de dominação do capital sobre o trabalho e de exploração do trabalho pelo capital.

Há, sem dúvidas, nestes últimos tempos uma transição das motivações para a atuação dos trabalhadores nas atividades petrolíferas. A busca pelo sustento é uma constante, entretanto, aquela aura de nacionalismo dos anos iniciais foi substituída pelo imperativo financeiro na sociedade capitalista de consumo da modernidade tardia.

5.2 TRABALHO *OFFSHORE*: SISTEMAS PERITOS E RISCOS

O trabalho *offshore* dos profissionais da indústria do petróleo da Bacia de Campos é realizado de uma forma geral com períodos embarcados em plataformas, sondas, navios etc. e outros de folga em terra.

As principais instalações marítimas da indústria de petróleo são as unidades de perfuração marítima (balsas, navios, plataformas, sondas moduladas), as unidades de produção de óleo e gás (plataformas fixas, plataformas flutuantes, navios de produção, armazenamento e descarga e navios cisternas), os navios petroleiros, os barcos de serviços especiais (sísmica, mergulho, robôs, lançamento de linhas, etc), além de variados barcos para fins diversos transporte de cargas, reboque de unidades, manuseio de âncoras, resgate, controle de poluição, combate a incêndio e transporte de passageiros (RODRIGUES, 2000, p.15).

Existem, entretanto, variações diversas nestes arranjos, ensejadas por variáveis, tais como vínculos empregatícios dos trabalhadores (empregados da PETROBRAS ou das empresas contratadas), tipo de atividades que realizam, natureza do cargo ou função, nacionalidades, entre outras.

Por intermédio de acordo coletivo de trabalho, os empregados da PETROBRAS, em sua grande maioria, trabalham 14 dias ininterruptos embarcados e folgam outros 21 dias consecutivos. Já para os trabalhadores das empresas

contratadas vigora na maior parte o regime 14 x 14, ou seja, quatorze dias trabalhando embarcados e quatorze de folga em terra. Em ambos os casos os trabalhadores envolvidos com a produção e as atividades operacionais trabalham em turnos de 12 horas, com revezamento entre o turno do dia e da noite, realizado a cada sete dias. Para os que desempenham as rotinas administrativas, normalmente trabalham 12 horas em horário diurno e permanecem de sobreaviso no período de descanso.

Ao tratar das “relações de trabalho em unidades de perfuração marítima”, Rodrigues (2000, p.34), discorre acerca da organização do trabalho nestas instalações:

O regime de trabalho em turnos nas instalações petrolíferas *offshore* e nas unidades de perfuração marítima em particular, com suas jornadas estendidas (12 horas ou mais por dia), rodízio com baixa velocidade de rotação (7 a 14 dias seguidos em cada turno), longa seqüência de dias no turno da noite (7 a 14 dias), mudança de turno sem folga intermediária, jornadas de 18 horas nos dias de troca de turno e desembarque [...]. Nas UPMs todos trabalham em turnos, seja no revezamento de turnos praticado pela maioria, seja no regime administrativo com sobreaviso, onde após trabalhar 12 horas por dia, geralmente das 06 h às 18h, os trabalhadores ficam de sobreaviso, seja ainda no sobreaviso das equipes de engenharia de poço, as quais alternam períodos se preparando para as operações com períodos de trabalho intenso e de jornadas estendidas.

Profissionais de nacionalidade estrangeira, normalmente empregados das empresas prestadoras de serviços à PETROBRAS, comumente trabalham em períodos de 28 x 28 dias. Nestes casos a adoção de tal organização se justifica devido aos longos percursos de ida e vinda aos seus países de origem.

Para os profissionais de nível superior da PETROBRAS, na função de gerentes de plataformas (GEPLAT), o regime de trabalho é de 14 dias embarcados e 28 de folga. O técnico de manutenção da PETROBRAS, Luiz, pondera, ao nos informar acerca desta situação, quando entrevistado e perguntado se essa escala não seria um privilégio destes profissionais:

Bom, não considero como privilégio, é até ruim essa escala, porque a escala 14 x 21 tem direito a férias; a escala 14 x 28 é sem férias, ele apenas vai ter uma formalidade de que ele vai tirar férias e vai receber a remuneração em virtude das férias e gera um saldo negativo ao longo do ano e esse saldo negativo tem que ser pago, ou indo para a base ou indo em alguma reunião para ser compensado esse negativo aí; e nem as pessoas que trabalham nessa escala, eles não gostam.

Estas escalas de revezamento são frutos de acordos coletivos entre os sindicatos das categorias e as empresas, com vantagem para os empregados da PETROBRAS, que em geral praticam o 14 x 21, em detrimento do 14 x 14 dos trabalhadores das empresas contratadas, e conseqüentemente têm maiores períodos de descanso e convívio com suas famílias. Atualmente tramita no Congresso Nacional o projeto de lei n.º 3765/08, de autoria do deputado federal do Partido dos Trabalhadores, Jorge Bittar, que pleiteia estender o benefício do regime de trabalho dos empregados da PETROBRAS aos demais petroleiros em condições similares e garantir, na forma da lei para todos, o que atualmente é somente um acordo coletivo para os empregados da PETROBRAS.

Além das questões relativas aos regimes de embarque e permanência, outros aspectos estão envolvidos com o trabalho *offshore*. Um dos mais proeminentes é a expectativa quanto o perfil almejado para estes profissionais, como nos mostra Moreno e Bruciapaglia (2003, p. 02):

O desenvolvimento tecnológico é uma necessidade do setor de Petróleo e Gás. Atualmente grande parte dos esforços de desenvolvimento neste setor estão baseados na tecnologia de informação, seja esta aplicada a técnicas computacionais avançadas, redes corporativas, automação ou instrumentação. Estes vetores de desenvolvimento tecnológico apontam para novas necessidades de capacitação profissional, tanto relacionadas com o domínio de novas técnicas bem como para o desenvolvimento de habilidades ditas não técnicas.

Este cenário nos últimos tempos é decorrente do fato de que os processos industriais de produção têm sofrido um impacto direto do desenvolvimento tecnológico cada vez mais acelerado. Na indústria petrolífera, observam-se instalações cada vez mais automatizadas, com menor necessidade de intervenção humana direta, porém demandando ações de um corpo técnico mais especializado. Isso implica o trabalho em equipes treinadas e capazes de interpretar e tomar decisões em relação aos dados registrados, freqüentemente em tempo real. É importante mencionar que esta tendência afetou trabalhadores ao longo de todos os níveis organizacionais. Desta forma, em uma economia competitiva e com aspirações de inserção nos mercados globalizados, torna-se fundamental atender a conseqüente necessidade de formação e atualização dos profissionais do setor, aspecto este intensificado, por exemplo, em situações como a necessidade de

certificação das organizações corporativas, por intermédio de padrões de qualidade de reconhecimento internacional.

Ocorre que o movimento de busca pela inserção no cenário mundial e a globalização das economias traz em seu bojo aspectos relevantes e impactantes em vários segmentos da organização social, política, econômica e cultural das sociedades. Já vimos que é característica da *alta modernidade* a maior clareza de seus prós e contras, daí o ceticismo generalizado provocado, sobretudo, pela percepção de que a ciência e a tecnologia têm dois gumes, criando novos parâmetros de risco e de perigo ao mesmo tempo em que oferecem possibilidades benéficas para a humanidade (GIDDENS, 2002, p. 32).

No caso em tela, o trabalho para a produção de petróleo em regime *offshore*, são inegáveis o ganho econômico dos trabalhadores bem como a riqueza trazida para a região produtora e para o país, como demonstram Cruz (2005) e Cardoso e Lessa (2007). No entanto, os riscos do trabalho em alto-mar, a forma de transporte dos trabalhadores entre o continente e as unidades de marítimas, o confinamento nas instalações operacionais, o distanciamento do convívio familiar e social, as condições de trabalho, dentre outras, são questões que têm marcado o desafio da permanência em condições muitas vezes perigosas e insalubres para os profissionais envolvidos, como bem já relataram Rodrigues (2000) e Martins (2006).

O que também se descortina a partir desta pesquisa, ao se ouvir os extratos dos trabalhadores, é que as exigências destas rotinas costumam ultrapassar o campo das competências cognitivas e técnico-operacionais, levando os trabalhadores, a despeito de sua qualificação, em expressivos casos, a situações de sofrimento moral que resultam em danos psíquicos, físicos e sociais nem sempre reversíveis. Isto corrobora o estudo de Cooper e Sutherland (1987 *apud* SANTOS, 2002?) que descobriram que trabalhadores *offshore* são menos satisfeitos com seus trabalhos do que os trabalhadores *onshore* e que possuem níveis de ansiedade significativamente mais altos. Seus dados mostravam ainda que “relações no trabalho e na família” são fortes indicadores de insatisfação no trabalho e de questões de saúde mental. Mitigar tais danos parece ser a preocupação dos entes econômicos que exploram estas atividades e a mais-valia produzida pelos trabalhadores petroleiros.

Um dos malefícios do trabalho embarcado é o convívio com situações permanentes de estresse oriundo do ambiente operacional de produção com

constantes metas a serem alcançadas e o desgaste decorrente do convívio diário com os colegas de trabalho em espaços exíguos, como já mencionaram Rodrigues e Martins (*op. cit.*). A incidência desta carga emocional costuma variar de acordo com o período de embarque, incidindo principalmente no início e no fim do ciclo da jornada de embarque. O técnico em manutenção Luiz (PB), fala-nos sobre isso:

[...] os primeiros dias da escala de embarque, são quatorze para vinte e um, são bem estressantes e os últimos também são bem estressantes. Eu diria que os dois primeiros e os dois últimos; então você tem dez dias de... de... digamos de uma curva estável de estresse e de ansiedade mesmo, por que? Quando você está vindo da folga, os dois primeiros dias você tá se ambientando com... com o processo ou se ambientando novamente com a plataforma. E os dois últimos dias você está ansioso para ir embora, fora a questão de problemas, pressão, às vezes psicológica, pressão até mesmo de resolução de algumas coisas, de chegar... a liderança da plataforma também as vezes e... exerce alguma pressão e... em alguns, algumas épocas a gente a gente tá num nível de estresse bem alto.

O risco de acidentes com pessoas, instalações e com o meio ambiente parece ser uma questão freqüente no mundo do petróleo e dialogando com os trabalhadores percebe-se, costumeiramente, que as questões de segurança, saúde e meio ambiente, denominadas de SMS, povoam o imaginário destes, advindo talvez das intensas campanhas com o objetivo de incutir nos trabalhadores o comportamento pró-ativo nos locais de trabalho. A busca desesperada pela redução dos índices de acidentes, que costumam manchar a imagem das empresas perante a sociedade, principalmente a partir da exposição junto à mídia, costuma criar outros problemas e comportamentos indesejáveis nos trabalhadores, como podemos notar do depoimento do técnico em eletricidade João (CT):

[...] em relação a acidentes, trabalhei em plataformas da PETROBRAS, em outras unidades e o que eu via é que, em relação a acidente, tem uma determinada máscara pra isso, ou seja, nem todos os acidentes que ocorrem são repercutidos. Até por chefias superiores que não querem que isso venha à tona, omitem às vezes informações para os meios de comunicação, para o sindicato para aquilo possa ficar e não lembrar. Por quê? Eles trabalham por dias sem acidentes, eles tem por metas. Então eu não sei se isso é um seguro, eu não tenho conhecimento disso. Se é um determinado seguro que a PETROBRAS negocia com uma determinada seguradora, já que quando você fica determinados dias sem acidentes eu é... não sofro uma determinada punição, e eu tendo determinado dia de acidente, eu já não participo de uma determinada concorrência. Então isso eles levam muito a sério lá. Então muitos acidentes, muita coisas que acontecem lá não são repercutidas.

Os trabalhadores costumam afirmar que se empenham na observância dos preceitos da política de SMS, entretanto quando perguntados sobre a eficácia das medidas adotadas neste sentido, demonstram que a teoria é uma e a prática está longe do esperado, senão vejamos o que nos diz, por exemplo, Carolina (CO).

Pelo que eu pude perceber lá é algo um pouco complicado; eu não consegui acompanhar muito bem essa questão, política de SMS, eu não sei... eu não... seria meio complicado eles tratarem de tudo aquilo do jeito que eles falam. Eu não acredito nisso.

Fica claro que o desenvolvimento das atividades de produção no ambiente marítimo e coberto de riscos, embora as empresas, em especial a PETROBRAS, afirme que tem realizado esforços e investido na melhoria das condições. O sindicato da categoria e a Federação Única dos Petroleiros (FUP) contestam estas afirmações e demonstram que os problemas estão aumentando, inclusive o número de óbitos. A FUP denuncia a situação, por exemplo, no seu jornal intitulado “PrimeiraMão”, edição de 17 a 24/08/2007:

Mais um acidente na Bacia de Campos coloca em evidência o risco da operação de cooperativas de fachada e a falta de segurança na Bacia de Campos. No último dia 12, o petroleiro da Copenavem, Walmar Santos Montesdioca, morreu à bordo da PNA-2. Segundo a Petrobrás, o acidente aconteceu durante atividade de manutenção da baleeira da plataforma. O Sindipetro-NF está participando da comissão de apuração do acidente. Este é o sétimo acidente fatal em circunstâncias relacionadas ao trabalho no Setor Petróleo, apenas em 2007. Além disso, há um petroleiro desaparecido de uma plataforma no Ceará desde março, cujo corpo até hoje não foi localizado. Discutir mudanças na política de SMS da Petrobrás tem sido uma cobrança recorrente da FUP em todos os fóruns de negociação com a empresa. Nesta sexta-feira, 17, a Federação participa de mais uma reunião da Comissão de SMS, onde voltará a cobrar as reivindicações da categoria.

Nas atividades produtivas, porém, identifica-se a meta pela qualidade e redução dos danos com foco nos resultados operacionais e também no desenvolvimento das tarefas. As empresas apóiam-se completamente nestes aspectos para assegurar o andamento da produção e corresponder às expectativas de sua *performance* no mercado. O pano de fundo desta imagem, que não tem divulgação comercial, não coincide com a qualidade dos procedimentos no cotidiano. A ênfase observada no desenvolvimento de procedimentos e prescrições de trabalho, pensados como solução para as dificuldades cotidianas, gera o

fenômeno denominado de “procedimentalização” que não necessariamente implica segurança para o trabalhador.

Inicialmente centrados sobre os acidentes graves e depois sobre os incidentes, a procedimentalização ganhou um certo número de atos de trabalho da vida cotidiana através do movimento de qualidade: qualidade na organização, procedimentos de qualidade, círculos de qualidade [...]. Enfim, se estendeu para a gestão de recursos humanos e tem por objetivos melhorar as relações entre o pessoal e seus responsáveis hierárquicos, formalizá-las, desenvolver a comunicação, gerenciar as carreiras, a mobilidade etc. (FERREIRA, 1997, p 11 *apud* GIL, 2000, p. 88).

É possível verificar, diante das informações que seguem, uma incompatibilidade entre duas metas de qualidade: 1) aquela buscada pela empresa nas suas operações e, 2) a qualidade observada em alguns resultados de condições de segurança e saúde no trabalho. No funcionamento das atividades, os trabalhadores identificam uma importante contradição entre o procedimento previsto – elaborado para ser cumprido – e a segurança nas operações, devido às condições de trabalho alteradas comumente pelas mudanças que se processam nas instalações.

Os tempos atuais infligem de modo típico aos embarcados os riscos das situações decorrentes da *alta modernidade*, diante da falta de confiança nos chamados “sistemas peritos” que, conforme já visto, são “os sistemas de excelência técnica, ou competência profissional, que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje” (GIDDENS, 2002, p. 35). São os sistemas peritos que permitem que se recriem relações sociais fora de seu contexto imediato na medida em se oferecem aos indivíduos garantias/confiança em suas expectativas de sucesso em sua ação.

Na *modernidade radicalizada*, nascem instituições cuja atuação abrange vastas distâncias e depende de mecanismos de coordenação temporal-espacial novos, baseados na confiança, fornecida por esse sistema de peritos. Giddens (2002) observa que, sob o duplo impacto das influências da globalização e destradicionalização, diversos aspectos da vida cotidiana ficaram esvaziados de habilidades desenvolvidas localmente, sendo invadidos por sistemas peritos de conhecimento. Os “sistemas abstratos”, isto é, aqueles “[...] mecanismos que descolam as relações sociais de seus lugares específicos, recombinao-as através de grandes distâncias no tempo e no espaço” (GIDDENS, 2002, p. 10) incluem não

só a tecnologia, mas também qualquer forma de conhecimento perito que substitua as artes ou capacidades locais.

Foram os sistemas abstratos (sistemas peritos) que tornaram possível o confinamento de trabalhadores em sistemas automatizados dentro das instalações produtivas, bem como os trabalhos realizados por equipes na perícia de pilotos e controladores de vôos, que realizam o transporte entre as instalações e o continente. A desconfiança nos ditos sistemas peritos, porém, gera sintomas progressivos de ansiedade, como pode ser observado no relato de Daniel (PB):

No sentido de... segurança! Vamos supor é... as vezes tem uma parte do processo que tem condição de operar mas não está cem por cento seguro; por motivo de não poder parar a produção aquela parte continua operando, mesmo não estando cem por cento seguro.

Outro bom exemplo de sistema abstrato ou “mecanismo de desencaixe”, característica da *alta modernidade* experimentada pelos trabalhadores em regime *offshore* é a necessidade dos mesmos dominarem uma língua estrangeira, costumeiramente o inglês. O domínio de tecnologias específicas no segmento de petróleo e gás ensejam a permanência embarcados de técnicos de nacionalidade estrangeira. Fala-nos sobre sua revolta neste caso o João (CT):

É... só que... o que acontece, então num setor lá no qual eu trabalho, você... tem um lado, tem aquele lado que você diz, embora você já trabalhasse todos os dias lá, você não trabalha com brasileiros, você trabalha com estrangeiros, então tem um outro problema que é a língua. Então a todo momento você é cobrado, por eles... também são cobrados, isso não está errado, tem que ser, mas você vê profissionais sendo pressionados, até não pelos profissionais que não dominaram a língua, até pelos profissionais o problema não ser pelo lado técnico por eles saberem desempenhar sua função, mas por um problema de língua que não deveria ocorrer, já que eles vem aqui, entendeu? No nosso setor de trabalho que é a Bacia de Campos e profissionais sofrem muito com pressões e isso influencia no humor da pessoa, é... todos nós também temos responsabilidades em casa.

Ao ouvir os trabalhadores embarcados percebemos, contudo, que embora em condições tão adversas e peculiares, há os que preferem o trabalho embarcado pelos ganhos financeiros diferenciados da maioria das oportunidades na região, pela possibilidade de folgar em dias úteis que lhes permitem resolver problemas particulares e ainda o estímulo dos desafios que a atividade oferece. Nada, porém, é capaz de negar que em boa parte do universo pesquisado incide aspectos degenerativos da qualidade de vida dos trabalhadores, gerando sofrimento,

estresse, casos de depressão, causas e efeitos num só tempo de problemas no convívio familiar e social, que merecem especial atenção.

5.3 FORMAS DE (NÃO) RECONHECIMENTO E DIGNIDADE

Os principais representantes hoje da teoria do reconhecimento, Axel Honneth, na Alemanha, e Charles Taylor, no Canadá, incorporam a intuição hegeliana de que as lutas e os conflitos humanos estão sempre situados num contexto moral normativo de modo que a definição mesma de exploração e de interesse parte de relações intersubjetivas de reconhecimento social, nas quais cada ser humano aprende a referir-se a si mesmo como pessoa, isto é, como um ente detentor de certas propriedades tidas como essenciais que devem ser respeitadas.

O *pano de fundo* normativo muda no tempo e no espaço a ponto de uma condição de trabalho que já foi historicamente aceitável vir a ser tida como inaceitável e vice-versa. Em que pesem as peculiaridades, os vários movimentos do trabalhadores conseguiram ao longo da história e nos diversos países conquistas, que passaram a compor a legislação trabalhista, na pretensão de fundar novos patamares de dignidade na relação capital-trabalho.

Na prática, porém, as conquistas não foram homogêneas. Diferenças entre categorias profissionais, setores produtivos, regiões e países nunca foram superadas. Na *modernidade radicalizada*, os novos arranjos de emprego flexíveis podem ter trazido alguns benefícios pessoais mas os efeitos agregados da informalidade estão longe de terem trazido benefícios à classe trabalhadora como um todo. A redução da “força de trabalho central” nos distintos segmentos produtivos veio também a enfraquecer os sindicatos na luta pelos direitos do trabalhador. Por sua vez, a acumulação flexível ao priorizar competências específicas que possam compor perfis profissionais distintos e multifacetados tende a levar a uma maior individualização no trabalho produtivo. Ainda que todos os trabalhadores contribuam para a produtividade final, tal como o operário no *taylorismo-fordismo* fazia, parece ainda mais difícil se esperar da esfera da produção o surgimento de um novo tipo de solidariedade moral, como deseja Honneth (2008), no sentido durkheimiano, que possa recuperar, fortalecer ou promover algo como o *caráter* da classe trabalhadora, como pensaria SENNET:

(Caráter) é expresso pela lealdade e o compromisso mútuo, pela busca de metas a longo prazo, ou pela prática de adiar a satisfação em troca de um fim futuro. Da confusão de sentimentos em que todos estamos em algum momento em particular, procuramos salvar e manter alguns; esses sentimentos sustentáveis servirão a nossos caracteres” (SENNET *apud* SILVA, 2006, p. 10).

A abordagem impessoal que a modernização dos meios de produção trouxe está distante de provocar o entusiasmo do empregado. Mesmo um mau patrão conhecido é preferível a um chefe impessoal, nunca visto. A impessoalidade passa a marcar o cotidiano do trabalhador *offshore* cujo assédio e sofrimento no trabalho, que impactam negativamente sua qualidade de vida, equiparam-se ao sofrimento experimentado pelos antigos usuários das *instituições totais*¹⁹ de que nos fala Goffman (1974, p.11).

No contato com os entrevistados constatamos inúmeras situações que merecem uma análise mais atenta. Detemo-nos naquelas que consideramos uma das mais instigantes questões, a referida à inclusão das mulheres²⁰ neste segmento produtivo. Embora tenhamos nos preparados anteriormente para os possíveis dados e situações que pudessem ser observadas, causou-nos surpresa a entrevista com Carolina (CT). Esta técnica em química abandonou o emprego após seu primeiro embarque. Obviamente que a sua curta permanência pode não lhe ter conferido a experiência com as ocorrências com as quais ainda poderia se deparar. Ainda assim é riquíssima em detalhes, pois a sua decisão, mesmo que prematura, possibilitou-nos o acesso a quem ainda se encontrava no estado de indignação com o que vivenciou no trabalho. Se não, vejamos seu relato quando trata da acomodação no camarote para dormir, em companhia de uma colega de trabalho e o que soube após o seu desembarque:

Nessa... nesse navio eu consegui dormir... eu dormia com uma menina. Depois eu fiquei sabendo que quando eu saí, quando eu desembarquei

¹⁹ “Uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada”.

²⁰ A preocupação quanto a questão do gênero nas nossas investigações foi demandada pelo incremento do acesso das mulheres ao trabalho embarcado e pelo posicionamento da PETROBRAS em relação a um tema que tenderá a se tornar mais problemático se não enfrentado em tempo, a saber, a mulher tem direito ao trabalho, fruto de sua capacitação, tal como o homem, mas ambos possuem necessidades diferenciadas. O não-reconhecimento das mesmas é, também, fator de sofrimento moral.

subiu um homem no meu lugar, ele dormiu com ela. Mas eu consegui dividir camarote com uma menina.

Insistimos com a pergunta para que não pairasse dúvidas em sua fala. - *Então me explica esse detalhe, que este eu não conhecia. O camarote, quer dizer, o alojamento feminino é dividido com alguém do sexo masculino? É isso mesmo? Mais uma vez a técnica esclarece.*

Parece que agora antes de eu embarcar, meu coordenador queria me embarcar num lugar em que tivesse uma mulher para dividir só... assim.... como se diz... a... a exigência dele foi que eu dormisse com uma mulher. Que inclusive a PETROBRAS agora, uma mulher não fica em quarto com homem e tal. Mas aqui depois eu fui perceber que isso foi quebrado, e a menina dormiu com um cara.

A trabalhadora Mariana (CT) com muito mais tempo de embarque do que a Carolina (CT), acrescenta, sobre a situação das mulheres embarcadas e o convívio com os homens que são a maioria, que estes nunca lhe faltaram com o respeito, mas não se sente à vontade naquele ambiente (o do seu trabalho):

Mulher lá é minoria. São cento e poucos homens e mulher é seis, sete, oito mulheres. Então é... fica um pouco assim... um pouco... mulher fica sem espaço. Eu mesmo, o único lugar que tinha para ficar, quando não estava no refeitório jantando, fazendo minha refeição, eu estava no camarote depois do trabalho, não tinha lugar para ficar. Os homens tomavam conta da sala de jogos, a "lan housezinha" que tinha lá tomavam conta, não tinha lugar para mulher ficar. [...] É muito constrangedor para mim ficar lá naquele monte de homem aguardando vez para ir na lan-house, ou ir no cinema ver um filme. Eu não vou, eu prefiro ir só no camarote.

A própria Carolina (CT) ao justificar a decisão de solicitar à sua empresa a condição para trabalhar em terra, relata que considera "sofrimento" permanecer embarcada:

Quando eu tava lá eu cheguei a comentar que... assim... a empresa em que eu estava por exemplo, ela é, que todos falam atualmente, que era uma muito boa. É muito rica, é muito visada e tal. Mas eu achei que o dinheiro que eu iria receber lá e tal não seria suficiente pra tanto sofrimento. Eu vi que não ia valer a pena eu receber o que eu recebia, é mais do que a gente recebe em terra, mas eu achei que não valia a pena com tanto sofrimento que eu estava passando.

Outrossim, a PETROBRAS anuncia em seu sitio eletrônico na Internet ²¹, que vem recebendo prêmios pela defesa da eqüidade de gênero e reconhecimento aos “direitos das mulheres todos os dias”:

Pelo segundo ano consecutivo recebemos o selo Pró-Eqüidade de Gênero, do programa promovido pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República, e apoiado do Fundo das Nações Unidas para as Mulheres (UNIFEM) e Organização Internacional do Trabalho (OIT). [...] O objetivo do programa é promover a igualdade de oportunidades entre os gêneros nas empresas e instituições através do desenvolvimento de novas concepções na gestão de pessoas e na cultura organizacional. [...] Ações como a definição de gênero e diversidade humana como uma diretriz de responsabilidade social, visibilidade da participação feminina em seus produtos de comunicação, política de reconhecimento de casais parceiros do mesmo sexo e ações sistemáticas de combate a violência contra as mulheres estão entre as iniciativas que a Companhia inclui em seu Programa Pró-Eqüidade.

No que diz respeito ao trabalho *offshore*, contudo, há ainda muito a ser feito na pretendida eqüidade de gênero cujo tratamento justo exigirá tratamento diferenciado sem que isto resulte em discriminação das profissionais de sexo feminino. Também, talvez seja importante a empresa ter em mente que a remuneração é um fato de reconhecimento indubitável mas não pode ser considerada isoladamente, a exemplo do ambiente de trabalho que é vital para a saúde física e psíquica do trabalhador e da trabalhadora. Há de se saber uma rotina de trabalho transformada em permanente estado de estresse pode ser *naturalizada* pelos(as) trabalhadores(as) e cabe ao “fraco” sair (e às mulheres) ou se se trata de buscar construir um ambiente de trabalho digno.

Outras condições degradantes da convivência nos locais de trabalho já apontadas foram a diferença entre os períodos de descanso em terra gozados pelos profissionais da PETROBRAS e os das empresas contratadas. Neste mesmo sentido, as dificuldades de comunicação com os familiares em terra. Também, a participação nos lucros das empresas. A falta de diálogo e influência na tomada de decisões da empresa é algo compartilhado pelos dois grupos.

Segundo Pépin, citado por Borges (2008), há no homem um desejo, talvez o primeiro de todos os desejos e o motor da existência: "o desejo de reconhecimento". Para o ser humano não lhe basta existir. Precisa de ser reconhecido. A imagem que

²¹ Disponível em <http://www2.petrobras.com.br/ResponsabilidadeSocial/portugues/direitos-mulheres-equidade.asp>. Acesso em: 11 jun. 2009.

temos de nós é a interiorização da imagem que os outros nos devolvem. O nosso valor, capacidades e realização dependem do olhar do outro.

Ainda segundo o autor, o homem é habitado por uma inquietação radical: o que vale a minha vida? Que valor tem a minha existência? Afinal, as realizações pessoais, o ter e os êxitos nada são, se não valerem para alguém. É o olhar do outro que lhes confere valor.

Por isso, há uma luta sem trégua, de vida e de morte, pelo reconhecimento. Honneth inspira sua "Luta por reconhecimento", como vimos, em Hegel que teorizou essa *luta* num passo célebre da *Fenomenologia do Espírito*: a dialética do senhor e do escravo, com três momentos. Quando pergunto quem sou, a resposta "eu sou eu" nada vale, pois é vazia. Tem de ser o outro a dizer-me a minha identidade. Quero, portanto, que o outro me reconheça. Mas, porque o outro quer o mesmo, trava-se a luta pelo reconhecimento. Então, o *senhor* é aquele que, para ser reconhecido, não hesitou em pôr a vida física em risco, pois sabe que a vida sem o reconhecimento não tem valor. O *escravo* é o vencido, que acabou preferindo a vida física à liberdade reconhecida. Dialeticamente, porém, o escravo torna-se *senhor do senhor* porque, pelo trabalho, humaniza o mundo, humanizando-se a si mesmo, enquanto o senhor apenas consome o que o escravo produz. Por fim, o reconhecimento mútuo dá-se na reconciliação entre homens livres.

Marx viu a força desta dialética, mas, percebendo que a reconciliação das liberdades não pode ser meramente interior, acentuou as condições materiais socioeconômicas da sua efetivação.

Para viver como ser humano, homens e mulheres precisam ter confiança em si, estima por si e respeito por si. Assim, Honneth (2003) teorizou sobre as três esferas de reconhecimento - íntima, social e jurídica - e os seus três princípios: o princípio do amor, o princípio da realização individual, o princípio da igualdade.

A confiança em si nasce da experiência do amor na esfera da intimidade. É bem sabida a importância do vínculo com a mãe, no início da vida, garantidores de autoconfiança e autonomia para o filho. Nesta esfera, estão incluídos todos os laços afetivos familiares, de amizade e amorosos.

Há um profundo abalo na auto-estima, quando alguém, porque não tem um trabalho, ou porque não se sente valorizado no trabalho se vê atirado para a margem da inutilidade social, já não sentindo que contribui para o bem coletivo. Dejours reporta-nos como o trabalhador se sente nesta situação: "A *falta de*

reconhecimento pelo que aporta em inteligência aos processos da empresa e à organização do trabalho prescrita é motivo de sofrimento do trabalhador” (2003, p. 41).

Para poder sentir respeito por si, cada um precisa saber que usufrui dos mesmos direitos que os outros, no quadro do princípio da igualdade na esfera jurídica.

Nas sociedades em que estes três princípios não são garantidos, há inevitavelmente conflitualidade. Somos pessoas extremamente sensíveis e vulneráveis ao modo como a sociedade nos trata. O contrário é sintoma de naturalização de maus-tratos que reportam a quadros nada saudáveis.

No caso específico em estudo, concluímos que os sofrimentos relatados pelos profissionais costumam ensejar cuidados especiais quanto à ocorrência de distúrbios psíquicos, morais, assédios e medos e outros. E as condições de trabalho certamente são marcantes para o desfecho das ocorrências citadas.

Possivelmente existem aqueles que pouco contribuem em seu ambiente de trabalho, mas a maioria ainda é formada pelos que se esforçam por dar o melhor, pondo nisso muita energia, paixão e investimento pessoal. É justo que essa contribuição seja reconhecida. Quando ela não é, quando passa despercebida em meio à indiferença geral ou é negada pelos outros, isso acarreta um sofrimento que é muito perigoso para a saúde e o convívio social. Os relatos aqui trazidos confirmam e podem ajudar na crítica a orientar as empresas no tratamento de seus trabalhadores e trabalhadoras, com ênfase à realidade do trabalho *offshore*.

5.4 A FAMÍLIA DO PETROLEIRO, AFETO E SOCIABILIDADE

A vida do petroleiro *offshore* se divide em duas etapas: quando está embarcado e quando se encontra em terra, no período de descanso e de convívio com a família e com a sociedade. O tempo do petroleiro não é o da maioria das pessoas com as quais convive fora do ambiente do trabalho, principalmente em se tratando dos seus familiares. Esta desconexão costuma acarretar-lhe inúmeros problemas, como narrados por Daniel (PB):

É muito difícil para eles entenderem a realidade que a gente vive lá em cima. Você fala... você fala que..... - ah tá difícil, tá com muito trabalho, mas

eles não entendem que você tá ali no trabalho, não são apenas doze horas, você está vinte e quatro horas no trabalho. Essa última... essa última quinzena agora, era de sete a meia noite, descansava e voltava. Para poder o quê... botar em produção, aumentar a produção, corrigir as falhas que tinham nos equipamentos. Quando você não tem tempo de ligar para casa, não dá nem para abrir um e-mail para responder, não liga ou liga muito tarde, aí falam - pôxa, isso é hora de ligar e tal? Te chamam a atenção. As vezes eles não entendem que mesmo você estando ali, fazendo o seu trabalho, não você tem que cumprir aquilo, você tá se dedicando para cumprir a tarefa, corrigir a falha, corrigir o problema para poder colocar o operacional em condição normal, que é sua função quando tá ali. É muito difícil para a família compreender isso aí. E a gente acaba pagando por isso, né? A gente acaba ficando chateado, briga discute com ele, mas é... tentando fazer com que ele entenda, a família entenda isso aí e nem sempre isso acaba bem. Já vi acabar em separação porque não entende que você está ali cumprindo, você está numa situação. As vezes você pega... um amigo seu se acidenta, pô meu amigo se acidentou, aí liga "pô, isso é hora de ligar? Você não liga para mim... você acaba discutindo. Pra família é muito complicado. Entender a vida de embarcado, entender a condição. Você pega, tem que vir com curso, praticamente sua vida é lá. Você tem pouco, você tem a folga, dependendo do que você tem para fazer, se você estuda, se faz faculdade, faz outra coisa, é muito difícil entender, não é mole não! É complicado demais e acaba com muita coisa.

Esses fatos geram múltiplos distúrbios, tanto no trabalhador, como nos próprios familiares. Em sua exposição a partir de seu exercício profissional na psicologia clínica, (SANTOS, 2007, p. 01) relata suas constatações perante os problemas apresentados pelos trabalhadores petroleiros e seus familiares, na cidade de Macaé:

A experiência como psicóloga clínica, há mais de 10 anos, na cidade de Macaé, deixa-me sensibilizada e inquieta com os problemas dos petroleiros. Dificuldades e sintomas apresentados individualmente, pelos filhos e ou pelo casal, revelam diversas causas, tais como: psicológica, social, econômica e cultural, as quais se inter-relacionam dinamicamente.

Por ser uma atividade econômica importante para a região, encontramos não raramente mais de um membro da mesma família trabalhando em regime *offshore*, tal como na situação do casal que trabalha embarcado. As dificuldades neste caso aumentam, pois nem sempre as escalas de trabalho de ambos permitem o convívio familiar desejado. É o caso de Mariana (CT):

É **horrível** para mim quando ele está embarcado, é **horrível**... é... você quer ter sua família, ainda mais a gente não tem filho, acho que se tivesse queria ainda mais a presença dele do que agora, porque criança às vezes passa mal, precisa de ajuda do pai, e está embarcado, mas eu acho que faz muita falta e infelizmente todas as datas comemorativas sempre caem quando a gente está embarcado. Ele... meu marido, ele fez uma inscrição no concurso, ele deixou de fazer o concurso porque o concurso caiu na data que ele estaria embarcado, ele poderia mudar a escala, mas ele perderia o

natal e o ano novo. Ele não fez, preferiu passar Natal e Ano Novo em casa do que fazer o concurso; então você vê como é importante pra as pessoas passar as datas comemorativas com seus familiares. É... você está disposto até a dobrar para folgar esses dias, para passar em casa com a família. Eu gosto de embarcar, mas teve uma vez que eu embarquei no sábado e meu marido chegou na segunda, ele ficou de segunda até sábado em casa. Foi **horível** para mim, essa semana que eu embarquei eu fiquei contando os dias para desembarcar, aí quando eu tinha folga, aí não ia trabalhar, desci e fiquei uma semana com ele, mas para quem é direto é complicado isso. Porque é difícil bater todos os meses, comigo duas vezes bateram e uma não, então...

Aliadas a estes fatores estão as dificuldades de comunicação no período embarcado, principalmente, para os empregados contratados. As instalações operacionais em alto-mar oferecem alguns meios de comunicação com os familiares em terra, como telefone e internet. Ocorre que o acesso é diferenciado entre os empregados da PETROBRAS e os das empresas contratadas. Vejamos por exemplo o depoimento de Pedro (CT), acerca deste assunto:

Um dos pontos é a comunicação, lá tem orelhão, mas existe um ponto negativo nisso aí, porque os funcionários da PETROBRAS tem direito a ligações para a terra e os contratados não tem; tem assim... por exemplo, de plataforma para a região, tem gente do nordeste, tem gente da Bahia, gente de tudo quanto é lugar. Na Bacia de Campos só tem direito quem mora em Macaé ligar para terra; a ligação é gratuita. Eu que moro em Campos, principalmente, não consigo ligar, é mais fácil comprar um cartão para poder ligar. Seria um ponto ajudar na comunicação, porque a gente não tem direito de ligar para a família. A PETROBRAS tem um código. Eles vão lá no celular – tá tudo bloqueado – eles vão lá no celular e digitam um código, desbloqueiam a linha e ligam para casa. E contratado não tem direito, na minha plataforma não tem.

Aqui são apontados problemas de duas espécies, ambos relevantes, que se superpõem. Um direito básico do ser humano, o da comunicação, é condicionado ao posto ocupado na hierarquia do trabalho. Saber o que se passa com seus entes queridos é transformado em privilégio alçado por poucos que acabam por naturalizar a apartação entre os distintos trabalhadores a partir de algo que é, no mínimo, um fator de reconhecimento do ser humano em sua dignidade, para usar a terminologia de Honneth. Trata-se da reprodução de uma situação permanente de *guerra* em que a saúde emocional e física do embarcado não pode ser considerada pela empresa no mesmo grau de importância da almejada produtividade. Entende-se que o trabalhador submete-se a tais constrangimentos porque quer e até onde consegue. Saber-se incomunicável, porém, gera um tipo específico de *sofrimento moral* que parte do sentimento de “reconhecimento negado” que ainda quando justificado do

ponto de vista da segurança do sistema de produção dificilmente é compensado. Na condição de seres sociais, o isolamento mesmo numa equipe que, na prática, funciona como um conjunto de peças mecânicas, é constatatadamente fator gerador de patologias de diferentes tipos. A psicóloga Marisa Machada Alves Santos, ainda em seu ensaio, citando Minayo, Harzt e Buss (2000), sobre qualidade de vida e saúde, nos diz:

Qualidade de vida é uma noção eminentemente humana, que tem sido aproximado ao grau de satisfação encontrado na vida familiar, amorosa, social e ambiental e à própria estética existencial. Pressupõe a capacidade de efetuar uma síntese cultural de todos os elementos que determinada sociedade considera seu padrão de conforto e bem-estar. O termo abrange muitos significados que refletem conhecimentos, experiências e valores de indivíduos e coletividades que a ele se reportam em variadas épocas, espaços e histórias diferentes, sendo portanto, uma construção social com a marca da relatividade cultural (SANTOS, 2002, p. 8).

Hoje, os direitos à satisfação das necessidades materiais são vistos em paralelo aos chamados direitos culturais, percebidos como direitos ao convívio com os seus mais caros, como condição de se obter uma identidade saudável. Trata-se da idéia de dignidade e de autenticidade conjugadas, como Honneth também nos alerta (2003) e Charles Taylor, em “As fontes do self” (1997), aprofunda.

Não é surpreendente que a família e aqueles que de alguma forma participam do dia a dia do trabalhador *offshore* sejam, também, os que mais sofrem com a estrutura e as peculiaridades pertinentes ao trabalho embarcado e suas conseqüências. Os cônjuges, notadamente ainda as mulheres, passam a desempenhar múltiplos papéis, que anteriormente seriam divididos com o outro membro do casal. Os filhos também sofrem com a ausência dos pais e passam a desenvolver reações de múltiplas naturezas.

Cabe observar que aqueles que já se percebem, ao longo da vida, desvinculados de seus grupos de socialização primordiais, tais como a família (antiga ou nova), amigos, redes de vizinhança, comunidade religiosa, terão o sofrimento aparentemente minimizado. Também, aqueles que vêm de uma trajetória de vida que lhes propiciou a experiência da carência quase absoluta de meios de vida. Ainda assim, não se pode dizer hoje que um tipo de carência se sobrepuje a outra. Portanto, a não-socialização e a não-vivência do afeto é, em todas as faixas etárias, fator de risco para o ser humano no enfrentamento dos desafios cotidianos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao tomar como objeto de estudo as relações de trabalho dos profissionais *offshore* da Bacia de Campos, identificando situações de sofrimento moral imputadas por exigências peculiares à natureza desta atividade e pelos mecanismos do sistema de produção capitalista na *modernidade radicalizada*, tal como descrita pelo sociólogo contemporâneo Anthony Giddens, pude constatar que, no alvorecer do século 21, as práticas de dominação e exploração permanecem firmemente enraizadas nas relações produtivas, ainda quando se espraiam em outras dimensões da vida e possam, eventualmente, vir a ser mudadas, através de um conjunto de iniciativas que, sob o nome de *luta por reconhecimento* – recuperada pela atualização de Hegel, em seus ensaios de juventude, por Axel Honneth – enfatizem a totalidade das socializações que produzem a identidade do sujeito.

Ocorreu, especialmente neste segmento produtivo, a transição do nacionalismo presente na gênese da indústria petrolífera nacional dos *anos dourados* que propunha a *nação grande* sob a ideologia do Estado desenvolvimentista, para a economia do mercado auto-regulado em seus efeitos de precarização dos postos de trabalho, com a ênfase nas *saídas* individualistas. Ainda assim, o segmento de petróleo pode ser considerado um oásis no deserto do desemprego e do sub-emprego, muito em função da adoção do seu modelo híbrido, pautado pela participação de Estado empreendedor e do capital privado.

A Bacia de Campos por ser a maior fronteira da produção nacional também demanda o maior volume de investimentos e emprega o maior contingente de pessoas. Sua escala ampliada reflete diretamente nos seus trabalhadores - e na sociedade do entorno - a tensão entre benefícios e dificuldades dela advindas. A necessidade de utilização de aparatos tecnológicos avançados e modernas técnicas de produção não amparam, conforme visto, a totalidade das necessidades básicas de cunho biológico e psicossocial daqueles que têm sua vida e de seus mais íntimos estreitamente vinculada ao desempenho deste segmento produtivo.

Os relatos dos que transitam entre os dois *habitat* (no mar e em terra), respectivamente para o trabalho e para a vida em sociedade, representantes dos extratos da força de trabalho empregada tanto pela PETROBRAS, como das empresas que lhe prestam serviços, é rico em detalhes para o descortinamento das *patologias da modernidade* e das condições da *sociedade de risco*, coexistentes e

decorrentes das condições de trabalho das instalações marítimas de produção de petróleo da região.

Notadamente os trabalhadores em situações mais degradantes encontram-se inseridos no contexto dos trabalhadores empregados nas empreiteiras, devido ao processo de precarização dos postos de trabalho, através da terceirização de mão-de-obra, característica herdada do processo de *acumulação flexível*. Situações quanto a salário, assistência médica, condições das acomodações, facilidades de contato com a família e períodos de descanso são mais vantajosos para os empregados da PETROBRAS, numa clara demonstração da falta de igualdade entre os petroleiros.

A ausência de participação na quase totalidade das decisões inerentes às atividades desenvolvidas, o confinamento no ambiente de trabalho, a submissão à gestão centralizada, a (des)confiança nos *sistemas especialistas*, a pressão para o atingimento de metas estabelecidas e adoção de procedimentos operacionais são comuns a todos os embarcados, acarretando em muitos casos os malefícios morais descritos na categoria de *não-reconhecimento* ou reconhecimento equivocado que Axel Honneth busca em Hegel, gerador de distúrbios físicos e psíquicos de conseqüências penosas no convívio familiar e social.

A pesquisa também evidenciou o sentimento de injustiça vivenciado em alguns casos, que provocou a busca de mudanças no tipo de trabalho mas não chegou a se generalizar de modo a concretizar um movimento em prol de transformações na estrutura produtiva, a exemplo das lutas sindicais que existiram em outras décadas. A possível privatização de suas atividades produtivas é motivo de temor para os trabalhadores quer no que concerne aos ganhos salariais quer no que se relaciona à aplicação de políticas para a segurança, meio ambiente e saúde. São fatores que agravam o sofrimento moral dos trabalhadores *offshore* o dilema do aumento da produção, com o conseqüente aumento das tarefas sobre cada trabalhador, cuja falha põe em xeque a vida de todos os demais e do ambiente, além da empresa em sua busca de lucros maiores e constantes, a adoção de inovações tecnológicas e a imposição do inglês como única língua que permite a comunicação com os especialistas estrangeiros, sobretudo em situações de risco, gerando mais insegurança para os operadores; a possibilidade de retração de benefícios; e as próprias práticas unilaterais para a implementação destas mudanças.

Uma alternativa parece ser possível desde que os trabalhadores tomem consciência de sua condição e passem a não aceitar nada como *natural* e inevitável. Vislumbramos a perspectiva de criação da conscientização dos trabalhadores e, por conseguinte, da luta e da conquista do *reconhecimento*, a partir do incremento da reflexividade e da comunicação interna e externa ao grupo que experimenta as mesmas situações, numa postura que permita a revitalização de suas formas de organização da luta por um trabalho digno. Certamente, sabemos do retraimento dos sindicatos em tempos de alastramento do desemprego e do sub-emprego, na modernidade radicalizada, que gera no trabalhador o medo de perdas ainda maiores e, na sociedade, a idéia de que são os *petroleiros* uma categoria de profissionais privilegiados. No contexto maior, isto é fato, daí que, numa família, o parente deste segmento de produção é razão de *status*. Talvez, por isso, seja mais difícil para o próprio trabalhador se reconhecer injustiçado e daí se organizar para a reversão de um quadro que, pelo que vimos, tende a se agravar se nada for feito.

É possível concluir que a *luta por reconhecimento* perpassa várias esferas da organização da nossa sociedade. Especificamente no campo das políticas sociais, em especial daquelas voltadas para a dignidade do cidadão trabalhador, há de se rever os referenciais de busca de construção de perfis profissionais. Esta pesquisa espera, pois, vir a servir como subsídio ao debate educacional presente nas políticas públicas de ciência e tecnologia sob o signo da inclusão social, observando que a reflexão e a crítica encontram nos cursos formadores seu espaço por excelência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Victor. Auto-suficiência: um sonho perto de se tornar realidade. *Revista TN Petróleo*, Rio de Janeiro, n. 58, mar./abr. Disponível em: <http://www.tnpetroleo.com.br/revista/anterior/edicao/58>. Acesso em: 16jun. 2009.

AGUIAR, Márcia Cristina Mérida. *Ciência como política: um estudo dos híbridos da modernidade na Universidade do 3º Milênio*. Campos dos Goytacazes: PGPS/UENF. Dissertação de Mestrado, 2005.

ALMEIDA, Eduardo. Como funcionam os ciclos e as crises capitalistas? *Jornal do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Profissional*. Seção Sindical Campos dos Goytacazes, Campos dos Goytacazes, ano 9, dez., 2008. p. 03.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO BRASILEIRO DO PETRÓLEO - ANP. Gás Natural e Biocombustíveis 2008. Disponível em: http://www.anp.gov.br/conheca/anuario_2008/T2.12.xls. Acesso em: 10 mar. 2009.

BORGES, Anselmo. A luta pelo reconhecimento. Disponível em: http://dn.sapo.pt/2008/01/05/opiniaio/a_luta_pelo_reconhecimento.html. Acesso em: 16 mar. 2009.

CARDOSO, Beatriz; LESSA, Daniela. Bacia de Campos: 30 anos de reinado. *Revista TN Petróleo*, n. 54, maio/jun. Rio de Janeiro, 2007.

CONTRERAS, Edelmira Del Carmen Alveal. *Os desbravadores: a Petrobras e a construção do Brasil industrial*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: ANPOCS, 1994.

COOPER, C. L.; SUTHERLAND, V. J. Job stress, mental health, and accidents among offshore workers in the oil gas extraction industries. *Journal o Occupational Medicine*, 1987, p. 119-125.

CRUZ, José Luis Vianna da (Org.); ARAÚJO, Tânia Barcelar de; SCHREIBER, Waltraud Maria *et al.* *Brasil, o desafio da diversidade: experiências de desenvolvimento regional*. Rio de Janeiro: Ed Senac Nacional, 2005.

DEJOURS, Christophe. *A Banalização da Injustiça Social*. Tradução de Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Trabalhando com relatórios orais: reflexões a partir de uma trajetória de pesquisa. *In: LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo (Org.). Reflexão sobre a pesquisa sociológica*. São Paulo: CERU, 1999.

FOLHA ONLINE. Caderno Dinheiro. Entenda o que é a camada pré-sal. Edição de 02/09/2008. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u440468.shtml>. Acesso em: 12 mar. 2009.

GIL, Telma Fernandes Barrionuevo. *Impactos da reestruturação produtiva à saúde e à segurança – percepções de petroleiros em São Paulo*. Campinas: UNICAMP. Dissertação de Mestrado, 2000.

GUARESCHI, Pedrinho; RAMOS, Roberto. *A máquina capitalista*. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

GIDDENS, Anthony. Risco, confiança, reflexividade. *In: GIDDENS; BECK; LASH. Modernização reflexiva: Política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: EDUNESP, 1997.

GOFFMAN, Erving. *Manicônios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

HABERMAS, Jürgen. *A crise de legitimação no capitalismo tardio*. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1999.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1992.

HIRSCHMAN, Albert. *Auto-subversão. Teorias consagradas em xeque*. São Paulo: Cia. das Letras: São Paulo, 1996.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2003.

_____. Trabalho e reconhecimento. *Civitas. Revista de Ciências Sociais*, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Ano 1, n.1, jun. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

_____. Trabalho e reconhecimento. Tentativa de uma redefinição. *Civitas*, v. 8, n. 8, jan/abr. Porto Alegre, 2008, p. 46-67.

KUENZER, Acácia Zeneida. O trabalho como princípio educativo. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 68, p 21-28, 1989.

MARTINS, Salvador Marcos Ribeiro. *O trabalho offshore: um estudo sobre as repercussões do confinamento nos trabalhadores das plataformas de petróleo da Bacia de Campos*. Campos dos Goytacazes, RJ: PPGPS/UENF. Dissertação de Mestrado, 2006.

MARX, Karl. *O capital*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1968.

_____. Manuscritos econômico-filosóficos. *In: MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. 5. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991. Coleção Os Pensadores

_____; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

LAVILLE. Christian; DIONNE. Jean. *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Tradução Heloisa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 1999.

MERCADO do petróleo vai valorizar ainda mais os engenheiros. *Revista CREA/RJ em Revista*, abr./maio, Rio de Janeiro, 2008.

MERGULHANDO fundo em investimentos. *Revista CREA/RJ em Revista*, out./nov. Rio de Janeiro, 2008.

MIGLIEVICH RIBEIRO, Adelia Maria. *Habermas e o pós moderno: ciência e ficção*. Concinnitas (UERJ), UERJ/DEART, v. 1, n. 1, p. 121-131, 1999.

MINAYO, M. C. S.; HARTZ, Z. M. A.; BUSS, P. M. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. *Ciência & Saúde Coletiva*, 2000, p. 7-31.

MORENO, Ubirajara F.; BRUCIAPAGLIA, Augusto H. Atuação de engenheiros de controle e automação no setor de petróleo e gás: novas estratégias pedagógicas para a formação de recursos humanos. *In: 2º CONGRESSO BRASILEIRO DE P&D EM PETRÓLEO & GÁS*. Rio de Janeiro, 2003.

PETROBRAS. Responsabilidade social e ambiental. Programa pró-equidade de gênero. Disponível em <http://www2.petrobras.com.br/ResponsabilidadeSocial/portugues/direitos-mulheres-equidade.asp>. Acesso em: 11 jun. 2009.

PORTELA, Patrícia de Oliveira. *Apresentação de trabalhos acadêmicos de acordo com as normas de documentação da ABNT: informações básicas*. Uberaba: UNIUBE, 2005.

OFFE, Claus. *Trabalho e sociedade*. Problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho. A crise. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

RODRIGUES, Valdo Ferreira. *Relações de trabalho em unidades de perfuração marítima: estudo de caso com ênfase em trabalhos em turnos*. Alfenas: UNIFENAS. Dissertação de Mestrado, 2001.

ROMERO, Fernanda. Petróleo. *Revista TN Petróleo*. Guia do Estudante. Disponível em: http://www.tnpetroleo.com.br/uploads/guia_estudante/05_Guia_do>. Acesso em: 11 mar. 2009.

SANTOS, Marisa Alves Machado dos. *Trabalho offshore e qualidade de vida: uma visão psicossocial*, 2002. Disponível em: <http://www.sindipetronf.org.br/Portals/0/offshore.pdf>, Acesso em: 18 jun. 2009.

SIEBENEICHLER, Flávio Beno. Introdução. *In: HABERMAS, Jürgen. Era das transições*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

SILVA, José Antônio de Carvalho e. *Estresse no trabalho: machismo e o papel da mulher*. Niterói, RJ: Muiraquitã, 2006.

SILVA, Marta Zorzal. *A Vale do Rio Doce na estratégia do desenvolvimento brasileiro*. Vitória: EDUFES, 2004.

SEBRAE. *Referenciais para uma nova práxis educacional*. 2. ed. Brasília, DF: Edição SEBRAE, 2001.

SENNETT, Richard. A corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo. In: SILVA, José Antonio de Carvalho e. *A nova ordem do trabalho*. Rio de Janeiro: Muiraquitã, 2006.

SMS PETROBRAS. Trabalhador morre em plataforma da Bacia de Campos. *Jornal PrimeiraMão*, Edição 816, semana de 17 a 24/08/2007, p. 02. Disponível em: http://www.fup.org.br/email_geral/fup_151.pdf. Acesso em: 18 jun. 2009.

TAYLOR, Charles. *As fontes do self. A construção da identidade moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

_____. *Argumentos filosóficos*. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

TOSTES, José Glauco Ribeiro. Capitalismo no século XX: aspectos civilizadores e anticivilizadores. In: SILVA, José Antonio de Carvalho e. *Estresse no trabalho: machismo e o papel da mulher*. Niterói, RJ: Muiraquitã, 2006.

ZARAFIAN, Philippe. O modelo da competência e suas conseqüências sobre os métiers profissionais. In: *Anais do Seminário Internacional Globalização, Progresso Profissional e Trabalho Industrial*. Rio de Janeiro : SENAI, 1998.

GLOSSÁRIO

TERMO	SIGNIFICADO
Animus privado	Vontade ou intenção do setor (iniciativa) privado.
Credit Suisse	Banco global de investimentos sediado em Zurique/Suíça.
Ethos	Traços característicos de um grupo, do ponto de vista social e cultural, que o diferencia de outros.
Lan house	Estabelecimento comercial onde as pessoas podem pagar para utilizar um computador com acesso à internet e a uma rede local, com o principal fim de acesso à informação rápida pela rede.
Leviatã	É uma criatura imaginária, geralmente de grandes proporções, caracterizado sob diferentes formas, uma vez que funde-se com outras.
Mesoregião	É uma subdivisão dos estados brasileiros que congrega diversos municípios de uma área geográfica com similaridades econômicas e sociais. Foi criada pelo IBGE e é utilizada para fins estatísticos e não constitui, portanto, uma entidade política ou administrativa.
Nationale	Estrutura nacional pautada no setor produtivo estatal.
Mais-valia	A diferença entre o valor dos bens produzidos pelos trabalhadores e os salários recebidos, de que se apropriam os capitalistas sob a forma de lucro.
Niilismo	Negação, seja da ordem social estabelecida, seja de todas as formas de esteticismo, assim como na defesa do utilitarismo e do racionalismo científico
Offload	Operação de transferência ou descarga de hidrocarbonetos de instalações petrolíferas.
Offshore	Trabalho realizado no mar, distante da praia.
Onshore	Trabalho realizado em terra ou próximo à praia.
Player	Empresa âncora de uma cadeia produtiva.
Royalties	Compensação financeira devida ao Estado pelas empresas concessionárias produtoras de petróleo e gás natural no território brasileiro e são distribuídos aos Estados, Municípios, ao Comando da Marinha, ao Ministério da Ciência e Tecnologia e ao Fundo Especial administrado pelo Ministério da Fazenda, que repassa aos estados e municípios de acordo com os critérios definidos em legislação específica.
Self	Princípio unificador dentro da psique humana, ocupa a posição central de autoridade com relação à vida psicológica e, portanto,

	do destino do indivíduo.
Schumpeteriano	Teoria pautada na afirmação que para a economia sair de um estado de equilíbrio e entrar em um boom (processo de expansão) é necessário o surgimento de alguma inovação, do ponto de vista econômico, que altere consideravelmente as condições prévias de equilíbrio.
Welfare State	Organização política e econômica que coloca o Estado (nação) como agente da promoção (protetor e defensor) social e organizador da economia.

APÊNDICE 01

Minuta do Termo de Compromisso

Pelo presente termo de compromisso fica celebrado entre o pesquisador **Valter Luís Fernandes de Sales**, portador do CPF _____, e o entrevistado, **Fulano de Tal**, trabalhador offshore da indústria do petróleo na Bacia de Campos, portador do CPF _____, que em virtude da participação deste último no estudo de campo destinado à elaboração da dissertação de mestrado “**Trabalho e reconhecimento: o caso dos profissionais offshore da indústria do petróleo na Bacia de Campos**” – PPGPS/UENF, fica assegurado o comprometimento do pesquisador em só utilizar o material e as informações fornecidas pelo pesquisado para as finalidades da pesquisa; bem como substituir seu nome na pesquisa e em todas as publicações dela decorrente, garantindo sua integridade e anonimato.

Campos dos Goytacazes/RJ, de _____ de 2008.

Valter Luís Fernandes de Sales

Pesquisador

Fulano de Tal

Pesquisado

APÊNDICE 02

Ficha Cadastral 01

Codiname: Mariana

Município de residência: Campos dos Goytacazes/RJ

Empresa: Mendes Junior Trading Engenharia S/A

Local de trabalho: Macaé/RJ

Cargo ou função: Modeladora de PDS

Regime de embarque: Esporadicamente

Tempo de trabalho embarcado: 1 ano

Sexo () Masculino (x) Feminino

Estado civil () solteiro (x) casado () separado
() viúvo

Faixa etária (anos) () de 18 a 25 (x) 26 a 33 () 34 a 40
() 41 a 50 () mais de 50

Escolaridade () ensino fundamental () ensino médio
(x) superior incompleto () superior completo

Ficha Cadastral 02

Codiname: Romário

Município de residência: Campos dos Goytacazes/RJ

Empresa: Techint S/A

Local de trabalho (plataforma/navio): P-27

Cargo ou função: Mecânico (Inspetor de Solda)

Equipe de trabalho: Manutenção

Regime de embarque: 14 X 14

Tempo de trabalho embarcado: 5 anos

Sexo () Masculino () Feminino

Estado civil () solteiro () casado () separado
() viúvo

Faixa etária (anos) () de 18 a 25 () 26 a 33 () 34 a 40
() 41 a 50 () mais de 50

Escolaridade () ensino médio () curso técnico
() superior incompleto () superior completo

Ficha Cadastral 03

Codiname: Pedro

Município de residência: Campos dos Goytacazes/RJ

Empresa: Mendes Júnior Trading Engenharia S/A

Local de trabalho: PNA1

Cargo ou função: Eletricista

Equipe de trabalho: Manutenção

Regime de embarque: 14 x 14

Tempo de trabalho embarcado: 5 anos

Sexo () Masculino () Feminino

Estado civil () solteiro () casado () separado
() viúvo

Faixa etária (anos) () de 18 a 25 () 26 a 33 () 34 a 40
() 41 a 50 () mais de 50

Escolaridade () ensino médio () ensino técnico
() superior incompleto () superior completo

Ficha Cadastral 04

Codinome: Carolina

Município de residência: Campos dos Goytacazes/RJ

Empresa: Baker Hughes Drilling Fluids

Local de trabalho (plataforma/navio): NS 23

Cargo ou função: Técnica em Química de Petróleo

Equipe de trabalho: Química

Regime de embarque: 14 x 14

Tempo de trabalho embarcado: 5 dias

Sexo () Masculino (x) Feminino

Estado civil (x) solteiro () casado () separado
() viúvo

Faixa etária (anos) (x) 18 a 25 () 26 a 33 () 34 a 40
() 41 a 50 () mais de 50

Escolaridade () ensino médio () curso técnico
(x) superior incompleto () superior completo

Ficha Cadastral 05

Codiname: João

Município de residência: Campos dos Goytacazes/RJ

Empresa: SBM

Local de trabalho (plataforma/navio): FPSO Brasil

Cargo ou função: Técnico em Eletricidade

Equipe de trabalho: Manutenção

Regime de embarque: 14 x 14

Tempo de trabalho embarcado: 8 anos

Sexo Masculino Feminino

Estado civil solteiro casado separado
 viúvo

Faixa etária (anos) 18 a 25 26 a 33 34 a 40
 41 a 50 mais de 50

Escolaridade ensino médio curso técnico
 superior incompleto superior completo

Ficha Cadastral 06

Codiname: Luiz

Município de residência: Campos dos Goytacazes/RJ

Empresa: PETROBRAS

Local de trabalho (plataforma/navio): FPSO P-50

Cargo ou função: Técnico de operações

Equipe de trabalho: Sala de controle

Regime de embarque: 14 x 21

Tempo de trabalho embarcado: 4 anos

Sexo () Masculino () Feminino

Estado civil () solteiro () casado () separado
() viúvo

Faixa etária (anos) () 18 a 25 () 26 a 33 () 34 a 40
() 41 a 50 () mais de 50

Escolaridade () ensino médio () curso técnico
() superior incompleto () superior completo

Ficha Cadastral 07

Codiname: Daniel

Município de residência: Campos dos Goytacazes/RJ

Empresa: PETROBRAS

Local de trabalho (P-19/P-33/P-35)

Cargo ou função: Técnico de Instrumentação.

Equipe de trabalho: Turbomáquinas

Regime de embarque: 14x21

Tempo de trabalho embarcado: 4,5 anos

Sexo () Masculino () Feminino

Estado civil () solteiro () casado () separado
() viúvo

Faixa etária (anos)() 18 a 25 () 26 a 33 () 34 a 40
() 41 a 50 () mais de 50

Escolaridade () ensino médio () curso técnico
() superior incompleto () superior completo

Ficha Cadastral 08

Codiname: Evanil

Município de residência: São João da Barra/RJ

Empresa: PETROBRAS

Local de trabalho (plataforma/navio): P-33, P-35 e P-19

Cargo ou função: Técnico de Instrumentação

Equipe de trabalho: Turbomáquinas

Regime de embarque: 14 x 21

Tempo de trabalho embarcado: 4 anos

Sexo () Masculino () Feminino

Estado civil () solteiro () casado () separado
() viúvo

Faixa etária (anos) () 18 a 25 () 26 a 33 () 34 a 40
() 41 a 50 () mais de 50

Escolaridade () ensino médio () curso técnico
() superior incompleto () superior completo

APÊNDICE 03

Entrevista estruturada

1. Criada no auge do nacionalismo do “Petróleo é nosso” dos anos 50, a PETROBRAS se tornou o símbolo estatal brasileiro. De vez em quando surgem movimentos na tentativa de privatização da empresa. Por favor, diga-nos como você imagina que seria o seu trabalho caso a privatização viesse realmente a ocorrer?
2. No seu entendimento a privatização da PETROBRAS traria repercussões políticas, econômicas e sociais para o país? Quais?
3. O trabalho em instalações petrolíferas offshore costuma ser por natureza bastante penoso. Estamos interessados em saber, diante deste quadro, como você costuma lidar com essa situação na Bacia de Campos?
4. Quais as motivações, no seu entendimento, que lhe mantém trabalhando na indústria petrolífera?
5. Partindo do pressuposto da existência de um quadro de sofrimento no desempenho das atividades no ambiente de trabalho offshore, poderia nos contar como você imagina a possibilidade de redução destas circunstâncias?
6. Após inúmeros acidentes com trabalhadores, instalações e com o meio ambiente, algumas ações têm sido noticiadas no sentido de contornar esses problemas na Bacia de Campos. Poderia nos contar mais um pouco a respeito do que você tem presenciado?
7. Qual a sua avaliação em relação à eficácia da política de segurança, meio ambiente e saúde (SMS) em curso na Bacia de Campos?

8. Examinando como se dá à relação entre os meios de produção e o trabalho, observamos que existe uma ruptura fundamental entre essas duas realidades; de um lado estão alguns poucos, que são donos dos meios de produção, isto é, as empresas e os empresários; do outro lado está a imensa maioria dos trabalhadores. Como você se vê neste relacionamento?
9. Também nas relações entre capital e trabalho notamos que os donos dos meios de produção normalmente se enriquecem, ao passo que os trabalhadores dificilmente saem de sua condição: simples trabalhadores. Entendendo que esse é um problema que embora não preocupe a todos, gostaríamos que você expusesse seu ponto de vista a esse respeito.
10. O desempenho do trabalho em regime embarcado em instalações petrolíferas offshore costuma trazer dificuldades diversas para os familiares que permanecem em terra. Como a sua família tem reagido a esta situação?
11. Como é o relacionamento com sua família no período em que permanece embarcado e quando se encontra em terra?
12. Como você avalia as propostas tais como participação dos trabalhadores nas decisões das empresas, participação nos lucros e cooperativismo de trabalhadores?
13. Segundo reportagem disponível no jornal "Publicações Nascente" disponível no site www.sindipetronf.org.br, acessado em 30/04/08, referente ao movimento de paralização das plataformas da Bacia de Campos no dia 28/04/08, um Gerente da Plataforma PGM-3 ("PVM-3") se dirigiu aos trabalhadores que desejavam aderir ao movimento com as seguintes palavras: "*Olha bem o que vocês estão fazendo!*", e em seguida advertiu: "*Vai ter consequência!*". Além disso, ele emitiu as Permissões de Trabalho (PT's) que seriam paralisadas, assumindo o risco da liberação dos serviços. Como você avalia a postura deste Gerente?

ANEXO 01



UENF

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro



PPGPS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
POLÍTICAS SOCIAIS

Ofício 001/08

Campos dos Goytacazes, 19 de maio de 2008

Petróleo Brasileiro S/A
UN - BC / CSI
A/C.: Sr. Lincoln Antunes
Assunto: Permissão para Pesquisa

Caro Senhor,

Vimos através destes, solicitar permissão para que o aluno de nosso Mestrado VALTER LUIS FERNANDES DE SALES aplique questionários junto aos funcionários da PETROBRÁS e de suas contratadas com fins de respaldar sua pesquisa intitulada "Trabalho e reconhecimento: o caso dos profissionais da indústria do petróleo na Bacia de Campos".

Certos de sua atenção e renovando votos de elevada estima.

Atenciosamente

Simonne Teixeira
Simonne Teixeira

Coordenadora do Programa de
Pós-Graduação em Políticas Sociais
CCH/UENF - Mat: 00617

Coordenadora da Pós-Graduação
em Políticas Sociais CCH/UENF

14:42APL/apl

Av. Alberto Lamego, 2000 - Parque Califórnia - Campos dos Goytacazes/ RJ - CEP: 28013-602
Tel.: (22) 2726-1566 - Fax: (22) 2726-1659 - e-mail: ppgps-cch@uenf.br

UNIVERSIDADE PÚBLICA DE QUALIDADE - DIREITO DO CIDADÃO, DEVER DO ESTADO

ANEXO 02

19 JUN 2008 9:42PM

Nº 3911



UN-BC/CSI 0282/2008

Macaé, 19 de junho de 2008.


Ilma. Sra.
Simonne Teixeira
Coordenadora da Pós-Graduação em Políticas Sociais CCH/ UENF
Avenida Alberto Lamego, 2000 - Parque Califórnia
28013-602 - Campos dos Goytacazes - RJ

Assunto: Permissão para Pesquisa
Referência: Ofício 001/ 08

Prezada Senhora,

acusamos o recebimento de sua solicitação, no entanto informamos a impossibilidade de atendimento de seu pedido.

Atenciosamente,


Roberto Nobrega
Máx. 2624793
Comunicação e
Segurança de Informações
Tel.: 2761-8118 / Fax 2761-2202

Lincoln Antunes Weinhardt Dalcomuni Ferreira
Gerente de Comunicação e Segurança de Informações
Unidade de Negócio de Exploração e Produção da Bacia de Campos

Não há anexo(s)

Unidade de Negócio de Exploração e Produção da Bacia de Campos
Avenida Elias Agostinho, 665 - Imbetiba
27913-350 - Macaé - RJ
Tel.: (22) 2761-7676
Fax: (22) 2761-2202